



TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 15

SESSÃO ORDINÁRIA

25 DE SETEMBRO DE 2020

APROVADA POR UNANIMIDADE

NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18/12/2020.

-----**Aos vinte e cinco dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte, pelas 09h30**, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 - Período de Antes da Ordem do Dia: -----

1.1 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 29 de Junho de 2020;-----

1.2 Informação de Correspondência;-----

1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município;-----

2 – Período da Ordem do Dia: -----

• **Ponto 1** - Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara [(alínea c) do n.º 2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013]; -----

• **Ponto 2** - Transferência de competências do Estado para as Autarquias Locais; -----

• **Ponto 3** - Transferência de competências do Estado para as Comunidades Intermunicipais; -----

• **Ponto 4** - Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas - Taxa a aplicar em 2021; -----

• **Ponto 5** - Derrama – Taxa a aplicar em 2021; -----

• **Ponto 6** - Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – IRS – Taxa a aplicar em 2021; -----

• **Ponto 7** - Taxa Municipal dos Direitos de Passagem - Percentual a aplicar em 2021; ----

• **Ponto 8** - Relatório de Acompanhamento referente ao 1.º Semestre de 2020; -----

• **Ponto 9** - Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Empréstimo de Saneamento Financeiro; -----

• **Ponto 10** - Estratégia Local de Habitação; -----

• **Ponto 11** - Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2020; -----

• **Ponto 12** - Eleição indireta do Presidente e de um Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional. -----

3 – Período de Intervenção do Público. -----

14.
Pedro
Cy

- Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----
- Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----
- Luís Miranda Rei;-----
- Luís dos Santos Delgado Esteves (*Em substituição do deputado Pedro Miguel Pinto Carrasqueira*);-----
- Lucinda João Afonso Carpinteiro;-----
- Afonso de Freitas de Calheiros e Menezes;-----
- Luís João Fernandes Dias; -----
- Maria Aldina Esteves Catarino Carvalho; -----
- João Augusto Leal Leonardo; -----
- Manuel José Dinis; -----
- Ana Luísa Leonardo Gil (*Em substituição da deputada Maria Cecília Pinto*);-----
- Presidentes de Junta de Freguesias:**-----
- Pedro Manuel Ferreira Pereira - Freguesia de Cabeça Boa;-----
- Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais -----
- Mário Diogo Pinheiro Miranda - Freguesia de Horta da Vilarça; -----
- António Manuel Martins – Freguesia de Lousa;-----
- José Carlos de Sá Meneses - Freguesia de Torre de Moncorvo; -----
- Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras Maçores;-----
- Luísa Pinto Ferreira – Freguesia de Castedo; -----
- José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha Cardanha;-----
- Vítor Manuel Amaro Vieira - União de Freguesias de Felgar Souto da Velha;-----
- Válter José Cordeiro Andrade - Freguesia de Açoreira.-----
- Do Partido Socialista (PS):**-----
- António Eduardo Carvalho;-----
- João Miguel Pinto Pavão; -----
- José Manuel Rodrigues Aires;-----
- Sílvio Afonso Dengucho Carvalho (*Em substituição do deputado Fausto Edmundo Tiago*);-----
- António Júlio Andrade; -----
- Maria de Lurdes B. Moutinho Nunes dos Reis.-----
- Presidentes de Junta de Freguesias:**-----
- António Júlio Sá Andrade – Freguesia de Larinho;-----
- Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----
- Maria Amélia Madaleno Cabeleira – União de Freguesias de Urros Peredo dos Castelhanos;-----

Verificou-se a presença de vinte e oito membros que compõem esta Assembleia Municipal.-----

Constituíram a Mesa: -----

Luís Miranda Rei – Presidente de Mesa;-----

Ana Luísa Leonardo Gil – 1.^a Secretária; -----

Lucinda João Afonso Carpinteiro – 2.^a Secretária.-----

-----**A Câmara Municipal** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o senhor Vice-Presidente, Victor Manuel Silva Moreira e a Sr.^a Vereadora Maria da Piedade Meneses.-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro.-----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.**-----

-----**O Presidente de Mesa:** ... Quanto à Sra. Deputada Lucinda João, está a chegar, e portanto, não vamos pedir a substituição enquanto faço a chamada.-----
Irei, então, proceder à chamada.-----

Portanto, temos quórum. Neste momento, estão a faltar três deputados – três, que passam a dois, acaba de chegar o Sr. Deputado José Manuel Aires. Portanto, serão dois: António Júlio Sá Andrade e Lucinda Afonso Carpinteiro, que está a chegar também, e portanto, não vou fazer a substituição de ninguém da Mesa nesta fase dos trinta minutos, em que espero que ela chegue.-

----- **1- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1.1 — APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2020. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Estão abertas as inscrições para quem se quiser pronunciar sobre este ponto da ata. Penso que ninguém se quer inscrever, passamos à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou **por maioria**, de votos dos membros presentes na reunião anterior, **com 24 votos a favor, 2 abstenções e 1 voto contra** (do deputado José Aires), **aprovar a “Ata da sessão ordinária de 28 de Fevereiro de 2020”**.-----

PONTO 1.2 — INFORMAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----Resumo da correspondência recebida, registada sob os números 152/2020 a 269/2020 inclusive. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Como habitualmente, é disponibilizada. Está para ser consultada, pelos Senhores Deputados. -----

Dizer que chegou o Sr. Deputado António Júlio Sá Andrade.-----

PONTO 1.3 — ASSUNTOS DE INTERESSE RELEVANTE PARA O MUNICÍPIO. ----

----- Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires (PS)**, **António Eduardo Carvalho (PS)**, **Luís Dias (Coligação PSD/CDS)** e **Luís Esteves (Coligação PSD/CDS)**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Daria a palavra ao Sr. Deputado José Aires, faça favor.-----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Aproveitar para cumprimentar todos os presentes, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o Executivo, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Nuno Gonçalves, os funcionários aqui presentes, e também o público.-----

Agradecer, neste caso, o facto de me ter dado a palavra, e saudar também – que esta é a primeira reunião que temos da Assembleia Municipal pós-pandemia, em que o público, embora com algumas restrições, já pode estar presente, e espero que eles possam realmente comparecer e participar, como acontecia anteriormente, porque é também um sintoma da democracia.-----

Relativamente ao que me traz aqui: na realidade, o que me traz aqui – e agradecer também, neste sentido, ao facto de ter aguardado uns minutos para podermos todos votar a ata – é um protesto à Mesa. Mas, é um protesto à Mesa, Sr. Presidente, relativamente a essa questão, porque nos termos regimentais, venho lavrar o presente protesto pela forma, que não posso deixar de referir, antidemocrática como a Mesa desta Assembleia Municipal omitiu na presente

M.
Redes
Ay

ata o requerimento por mim entregue à Mesa na reunião ordinária desta Assembleia Municipal de 29 de junho de 2020. Nesse requerimento, se os Srs. Deputados bem se recordam, solicitava ao Executivo elementos relevantes respeitantes a diversas obras públicas a decorrer no nosso concelho. Não só não consta desta ata, que se refere à Assembleia anterior e que votámos agora, como não fizeram chegar os documentos solicitados.-----

Vou proceder à leitura do referido requerimento, após o que entregarei novamente à Mesa. Relembro aos responsáveis autárquicos aqui presentes que nos termos do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, compete a esta Assembleia Municipal – citando aqui a alínea a) – acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal. Na alínea d) podemos também verificar: solicitar e receber informação, através da Mesa, e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para o Município. Por fim, citar também ainda a alínea f): apreciar as recusas da prestação de quaisquer informações, ou recusa da entrega de documentos por parte da Câmara Municipal ou de qualquer um dos seus membros, que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização.-----

Face ao exposto, e tendo em consideração o claro desrespeito pela Lei manifestado pelo Sr. Presidente da Mesa, ao não fazer chegar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal o referido requerimento, e desta forma impossibilitando que esta Assembleia Municipal tenha acesso a informação relevante de interesse municipal, proponho que esta Assembleia Municipal aprecie, nos termos da Lei, a recusa referida na alínea f).-----

Por fim – peço desculpa, há pouco disse que ia ler o requerimento, e depois acabei por não o fazer, mas vou fazê-lo agora. O requerimento o que entreguei na Assembleia Municipal passada começa assim:-----

-----“**Requerimento n.º 01/2020**-----

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo-----

Data: 29 de junho de 2020-----

Assunto: Obras municipais publicadas no portal www.base.gov.pt em curso-----

Tenho como objetivo o esclarecimento dos membros desta Assembleia Municipal, solicito os seguintes elementos, e que os mesmos sejam agendados para discussão na próxima reunião deste órgão, a fim de serem analisados e discutidos, a saber: data de início, data de conclusão, prazo de execução, valor de adjudicação, comparticipação comunitária ou outra, das seguintes obras: 1. Museu do Castelo; 2. Aproveitamento do interior da bancada do campo de jogos Dr. Camilo Sobrinho; 3. Reabilitação do Mercado Municipal; 4. Reabilitação do espaço público no Bairro do Montesinho; 5. Reabilitação do edifício do Parque Verde, Quinta da Judite – Casa de Chá; 6. ETAR de Cabanas de Baixo, integração do SAR da Foz do Sabor; 7. ETAR da Lousa; 8. Reabilitação do espaço público do centro histórico; 9. Hortas comunitárias; 10. Centro

Interpretativo da Cultura Judaico-marrano; 11. Drenagem de águas pluviais no Bairro da Estação; 12. Ajardinamento dos taludes envolventes ao parque de estacionamento da Quinta da Judite.-- Relativamente ao Ponto n.º 12, solicitam-se adicionalmente os seguintes elementos: a discriminação dos trabalhos contratados e pagos no âmbito desta empreitada, os fundamentos que justificam o atraso no início dos trabalhos, e a cópia dos autos de suspensão / prorrogação do prazo de execução dos trabalhos.-----

Os fundamentos do presente requerimento têm como objetivo o cabal esclarecimento desta Assembleia Municipal, pois é pública e notória a derrapagem dos prazos de execução das empreitadas, sem que alguma vez o Presidente do Município tenha esclarecido e fundamentado as referidas situações, conforme é sua responsabilidade.-----

Assinado, Deputado Municipal José Manuel Rodrigues Aires."-----

Obrigado.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Eu responderei ao Sr. Deputado no final. Devo dar a palavra agora ao Sr. Deputado Eduardo Carvalho.-----

----- **O Deputado António Eduardo Carvalho:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação, membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Público.-----

Apenas dois reparos, ou dois pedidos de informação. Um tem a ver com o que já foi anteriormente assinalado, de reiterar o reconhecimento que a autarquia teve relativamente ao combate à pandemia de Covid-19. E a minha pergunta é se para esta nova fase que se supõe aproximar agora, com o outono e com o inverno, se a autarquia tem algum plano de contingência que possa ser divulgado aos munícipes, porque penso que é fundamental que haja por parte da comunidade um conhecimento de que, em caso de situações que se agravem, possamos ter um plano de contingência conhecido.-----

Uma outra questão tem a ver com as obras, principalmente a requalificação de pavimentações junto à Escola Secundária, da possibilidade de se fazer o estacionamento em espinha, porque conforme está, é quase impossível uma pessoa fazer o estacionamento corretamente.-----

Eram estes dois reparos, para além de que seria conveniente que houvesse alguma fiscalização, ou mais fiscalização por parte da autarquia, nesse aspeto.-----

Uma outra questão que me chegou é que há determinado tipo de departamentos ou secções da Câmara Municipal onde não é utilizada a máscara pelos funcionários. Eu gostava de saber se isso é, ou não, verdade. Foi-me chegada essa informação, e eu queria saber se, de facto, isso é, ou não, verdade.-----

Muito obrigado.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Dizer que já chegou a deputada Lucinda Carpinteiro, que se deslocou de Bragança e se atrasou um pouco, mas está dentro da meia hora prevista no Regimento.-----

Dar a palavra ao Sr. Deputado Luís João Dias.-----

----- **O Deputado Luís Dias:** Bom dia a todos.-----

A minha questão é rápida, é sobre o Covid, e sobre o horário de encerramento dos diversos estabelecimentos comerciais, como por exemplo, bares e cafés. A Câmara Municipal teve a sua comunicação via editais, nos locais habituais, em que remete para a Lei, e houve, por parte de uma série de empresários, algumas dúvidas sobre o horário de encerramento dos seus estabelecimentos. Eu gostava só de clarificar, para poder passar essa informação aos mesmos.-
Obrigado.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Esteves.-----

----- **O Deputado Luís Esteves:** Ora, muito bom dia a todos os presentes, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Presidentes de Junta, e público em geral.-----

Eu venho aqui falar, e para já, felicitar a Câmara pelo que tem apostado no turismo na região, que tinha estado esquecido pelos anteriores Executivos, principalmente as nossas aldeias, que nunca se fez para lá nada, e que o Sr. Presidente está a trabalhar muito bem, a atrair público às nossas aldeias, e turismo. Esta ideia que agora teve, dos miradouros, era uma ideia que estava esquecida há muito tempo, ele teve esta brilhante ideia, os meus parabéns ao Sr. Presidente da Câmara.-----

Quero também dar os parabéns à Luísa Ferreira pela ideia inédita que teve, de pôr um baloiço no ramo de um sobreiro, que foi o baloiço mais concorrido e mais visto, se calhar, aqui no concelho.-----

Mas, apesar disto, não se pode baixar os braços; o nosso concelho tem um grande potencial para o turismo, tem umas vistas lindíssimas – por exemplo, o planalto – temos de nos unir, Lousa, Castedo, mostrar tudo o que temos de bom, e principalmente também podemos unir o Vilarinho e Castanheiro, embora pertença a outro concelho, tem uma anta muito bonita de ver, no extremo com o nosso concelho, e há mais coisas a fazer, não podemos baixar os braços. Por exemplo, o Castedo tem uma fonte romana, já há trinta anos tapada a tijolo, que gostaria que o Sr. Presidente da Câmara desse uma ajuda à Junta, porque a Junta, se calhar, não tem verba para limpar aquilo, pôr aquelas cantarias à mostra. Temos também dois troços de calçada romana no

Castedo, que também estão lá no esquecimento. Gostaria que o Sr. Presidente da Câmara apoiasse as Juntas de Freguesia neste aspeto.-----

Antes que me esqueça, podíamos também pôr em cada aldeia uns placares com os vários produtos que os agricultores têm em excesso, para que os turistas não venham só deixar papéis, mas que tragam também algum dinheiro às freguesias.-----

Portanto, o meu obrigado a todos, e um bom dia para todos.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado.-----

Antes de dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, dizer, relativamente ao Sr. Deputado José Aires, que na ata está o seguinte – na ata que aprovámos hoje, e que o Sr. Deputado votou contra: *“Para uma melhor compreensão do problema, vou entregar na Mesa da Assembleia Municipal requerimento escrito solicitando que me sejam fornecidos os seguintes elementos...”*, e continua. Portanto, a situação está na ata. Não está o requerimento, mas está a sua intervenção, na pág. 17 está essa situação, está lá este parágrafo, está a referência ao seu requerimento. Não está o requerimento transcrito, porque não é norma transcrever os requerimentos, mas está a referência ao requerimento que o Sr. Deputado entregou.-----

Quanto ao solicitado no requerimento, penso que o Sr. Presidente poderá responder. Penso que houve um ligeiro atraso, ou algum atraso na entrega do mesmo, mas que estará pronto para lhe ser entregue hoje, penso eu.-----

Mas, daria a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que poderá falar já desse assunto. Muito obrigado.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal:** Muito bom dia a todos. Eu vou falar de pé, porque é como gosto mais de o fazer, e espero que todos ouçam.-----

Bom, Sr. Deputado, a Lei que citou está correta, mais uma vez lhe digo que em termos jurídicos - está correto, mas o que se diz sobre o conceito das atas é que é a transcrição daquilo que é--- feito, e depois há o livro anexo ao livro de atas, onde estão todos os requerimentos.-----

Mas, eu não vou entrar por aí, vou dizer-lhe só duas coisas: na sexta-feira passada, perguntei quem é que tinham sido as substituições, ainda não existiam, foi na terça-feira que me disseram que o Sr. Deputado estava presente, que nesta Assembleia não tinha pedido substituição. Eu próprio andei aqui para trás e para a frente, a ver se o Sr. Deputado chegava; começámos, e eu tive que me sentar. O requerimento está aqui, conforme pediu.-----

E vou dizer-lhe mais uma coisa: no próprio dia, o Sr. Presidente da Assembleia remeteu para a Câmara Municipal, no dia 2 de julho de 2020 remeti para a Divisão Técnica, as informações foram assinadas todas pelo Sr. Chefe de Divisão, com os documentos que pediu, a 17 de setembro de 2020. Se eu lhos mandasse pelo correio, de certeza que hoje ainda não os tinha.

M.
Edo
G.

Por isso, eu próprio fiquei com eles, estão aqui – para não dizer que fui buscá-los a algum lado, estão aqui, andei aqui com eles para lhos entregar. Estão aqui, entrego à Mesa, se o Sr. Deputado depois quiser ver, está aqui a informação toda que pediu.-----

Mas, eu, quando o Sr. Deputado votou contra a ata, eu pensei que o senhor ia fazer um ato de contrição pelas mentiras que disse na última Assembleia, nomeadamente sobre o SIADAP. Mas, como não disse, também não vou ser eu que o vou elucidar, ficarão aqui para memória futura, o que disse, e o que não é nada verdadeiro. Antes de vir para aqui dizer determinadas coisas técnicas, deve saber de quem os informa a verdade; não pode vir para aqui alardear-se em cavaleiro da moral e dos bons costumes, depois com erros técnicos. A política é uma coisa, os técnicos são outros. E portanto, Sr. Deputado, se quiser ver essa parte, aí percebo que o senhor, não vindo aqui dizer que se enganou, pelo menos isto, vote contra as suas próprias declarações, e esta ata não seja aprovada por si. Aí, estou completamente de acordo consigo.-----

Bom, tirando isto, se o Sr. Presidente da Assembleia me permitir, responderia já às demais perguntas dos Srs. Deputados.-----

Sr. Deputado Eduardo Carvalho, o plano de contingência de Torre de Moncorvo continua, é o mesmo que está publicado. Temos aqui algumas adaptações por causa da resolução do Conselho de Ministros de 14 de setembro, nomeadamente no que respeita também ao encerramento dos estabelecimentos comerciais.-----

E aqui, aproveito para responder também ao Sr. Deputado Luís João, porque o que estava----- previsto nessa resolução, juridicamente não estava da forma mais agradável de ser lida, não estava tecnicamente perfeito, e as pessoas tinham dificuldade em perceber o que estava na resolução do Conselho de Ministros. E isso tanto assim é, que quando nós publicámos o aviso – nós, Câmara Municipal – o que dissemos foi que todos os que estivessem abertos até ao estado de contingência mantinham o mesmo horário; os que estavam no estado de contingência, que ainda não tinham aberto, mantinham-se perante os horários da resolução do Conselho de Ministros. No fundo, o aviso era este. Havendo alteração do horário de encerramento e de abertura – porque, primeiro, havia até quem interpretasse que era só do encerramento, e não da abertura, porque estava escrito só na parte final do n.º 3 – tirando isso, o que nós fizemos foi manter como estava, para não haver confusão nas pessoas. Agora, há o Legislador, há quem interpreta e quem tem que fazer avisos ou despachos, e depois há o aplicador da Lei, e às vezes, nem todos estamos de acordo.-----

E por isso, no dia 18, num grupo que existe, que é o grupo de contingência do Covid-19 do Concelho de Torre de Moncorvo, onde estão diversas entidades, tentámos verificar quais eram os condicionalismos, quer na interpretação, quer na aplicação da resolução. Chegou-se a um acordo e a um entendimento, que através de despacho do Presidente da Câmara, os horários serão mantidos, até alargados em alguns casos, e a nossa interpretação era que os cafés – no

14.
Pedro
Cy

dia 18, estou a falar de dia 18 de setembro – os bares, snack-bares, teriam, como veio posteriormente a ser elucidado por uma norma interpretativa do próprio Conselho de Ministros, o mesmo horário dos restaurantes. Ou seja, para que toda a gente fique aqui elucidada, onze da noite, admissão até à meia noite, e encerramento obrigatório até à uma. Há aqui três questões: a resolução fala que até às onze da noite estão abertos; mas, depois, a norma de interpretação, e já a própria resolução dizia também, no art.º 16.º (salvo erro), dizia lá que poderiam ser admitidos nos restaurantes até à meia noite, e obrigatoriamente encerrar, com término da refeição, até à uma da manhã. Isto é aplicado também aos cafés.-----

E portanto, nós, entretanto, fizemos, juntamente com a Divisão Administrativa e Financeira, um despacho, que foi, conforme a resolução o previa, entregue às Autoridades Locais de Saúde para parecer, e também às autoridades locais – neste caso, a GNR – de segurança. Já chegou o da Unidade Local de Saúde, que foi positivo, falta-nos o das forças de segurança. A partir do momento em que esteja esse parecer junto ao processo todo, será, então, feito um despacho, e notificado, quer à Associação de Comerciantes e Industriais de Moncorvo, quer publicado no sítio e nos locais de estilo, para não haver confusões. Volto a referir que nada do que estamos a fazer agora vai contra aquilo que nós entendíamos da Lei, mas nessa reunião foi por acordo com as autoridades – da GNR, neste caso – foi por acordo elucidar toda a gente para haver uma aplicação que seja a mesma da interpretação da Lei. E no nosso caso, será manter os estabelecimentos com o horário que já era previsto no regulamento da Câmara Municipal – e volto a dizer, porque o plano de contingência a isso o obriga, se houver uma modificação no número de casos, ou se virmos que está a alastrar, o plano de contingência prevê isso mesmo, que é o encerramento, ou o fecho a outros horários. Isso está tudo previsto. Mas, para já, neste momento, com a situação em que estamos, são os horários que vigoravam antes desta nova contingência.-----

Portanto, respondendo ao Sr. Deputado Eduardo Carvalho, mantém-se o plano de contingência nos mesmos moldes, desde que não haja aqui agravamento.-----

Quanto à pavimentação, a pavimentação para aquele local, está previsto ser em espinha, mas eu já tinha falado com o Sr. Presidente da Assembleia – não enquanto Presidente da Assembleia, mas enquanto Diretor do Agrupamento – que me parecia que estávamos a desaproveitar – e, atenção, é a DGEstE que não permite, porque, para mim, neste momento e neste período, seria de conseguirmos que em cima, no pavilhão, há quem entre pela Corredoura, os professores pudessem estacionar ali. E isso permitia o quê? Permitia-nos que houvesse ali mais espaço, permitia que houvesse dois corredores, um onde fosse possível, entre dez e vinte segundos, pararem o automóvel – não é estacionar, é parar o automóvel – as crianças saírem, e arrancar, e da mesma forma pela esquerda continuarem até à Visconde Vila Maior, ou a circular. Isto é o que está a ser estudado. Neste momento, a DGEstE não aceita, ou pelo menos ainda não

M.
Pedro

aceitou, vamos ver se conseguimos que seja utilizado o local de cima, porque aí facilitava muito este projeto. Senão, não conseguindo isso, será, então, pela opção do estacionamento em espinha.-----

Eu estive aqui a falar com os Srs. Vereadores que têm os pelouros de outros setores, e a nós não nos chegou, com conhecimento, que não usassem máscaras. Aliás, acho um bocadinho estranho, porque dentro dos edifícios até acrílicos colocámos, e as pessoas estão com acrílicos e máscaras. Não tenho conhecimento. Mas, se souber qual é o departamento, é mais fácil para nós, até podermos ter uma conversa, depois da reunião, para vermos onde é que podemos atuar, porque não temos conhecimento disso, e as pessoas sabem que são obrigadas a usar a máscara.-----

Sr. Luís, pois, nós estamos aqui a apoiar as Juntas de Freguesia – aliás, eu recordo que este foi o primeiro ano em que fizemos um Orçamento em que as próprias freguesias sabem, à partida, com o que podem contar em termos camarários – ao invés do que se fazia antes, de apoiar este, aquele ou o outro, e sabíamos como é que era, em anos propícios a isso, nomeadamente nos anteriores às eleições. Este ano, todos têm conhecimento do que cada uma das Juntas recebe. Portanto, é um Orçamento que sai diretamente do Orçamento da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia. Para além desse, há sempre apoios pontuais, alguns dos quais até vêm aqui, em que estamos a fazer projetos, ou mesmo com iniciativas no terreno. Eu espero que isso seja concretizado a breve trecho, e que todas as Juntas possam, daquelas ações que nos foram dadas a conhecer, umas com algum montante financeiro mais pesado do que outras, mas que de alguma forma consiga este Executivo dar também voz às Juntas de Freguesia, naquilo que é a concretização das suas expetativas. Eu espero que até ao final do mandato isso seja conseguido.-----

E mais uma vez, obrigado pelos parabéns que deu ao Município. Não é o Município, somos todos os que estamos aqui em primeiro, é o concelho todo, e depois, sim, o Município e o Executivo, neste caso.-----

Muito obrigado.-----

----- O Presidente de Mesa: Passaria, então, ao Período da ordem do dia.-----

----- 2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **João Pavão** (PS), **João Leonardo** (Coligação PSD/CDS), **José Aires** (PS), e **Luís Dias** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Dava novamente a palavra ao Sr. Presidente, para se pronunciar sobre a atividade municipal.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, muito obrigado.-----

Srs. Deputados, eu sei que os Srs. Deputados leram com atenção a informação que aqui trouxemos, de 2020. E dizer-vos o seguinte: na nossa situação financeira, em setembro – e isto, acreditem que é com orgulho que o digo, e orgulho de todos nós, porque somos todos nós que definimos as políticas – neste momento, as dívidas a terceiros – ou seja, aquilo que a Câmara deve aos seus fornecedores de bens e serviços correntes – são vinte e sete mil euros (27.000€). À data de ontem, não havia qualquer fatura para pagar. E isto deixa-me com alguma satisfação, porque me dei ao trabalho de ver períodos análogos, desde 2009, e tínhamos aqui, por exemplo, em 16 de abril de 2009 – ou se preferirem, depois de setembro de 2009 – temos aqui dívidas a fornecedores, três milhões, novecentos e setenta e cinco mil euros (3.975.000€); em 2010, quatro milhões, trezentos e vinte e três (4.323.000€) – estamos a falar de períodos análogos, e que estão na Câmara Municipal – em julho de 2011, dívidas a fornecedores, sete milhões, quinhentos e sessenta e nove (7.569.000€), e por aí adiante, sendo que em 2012 havia uma situação financeira, já com os empréstimos, como nós temos, de cerca de vinte e três milhões de euros (23.000.000€). Se repararem, neste momento, a dívida é de sete milhões, quinhentos e setenta e três mil euros (7.573.000€), sendo que cinco milhões e meio (5.500.000€) vêm do empréstimo a longo prazo, que já estava, e um milhão e quarenta e oito mil (1.048.000€), também de outro empréstimo a longo prazo.-----

Isto faz com que estejamos numa situação, que ainda não é aquela que nós queremos ter – na última Assembleia Municipal referi que esperava amortizar até 2021 mais um milhão de euros (1.000.000€), e portanto, ficar numa situação em que possamos podermos contar agora, neste período de transição – e isto é muito importante – do quadro europeu, dos fundos europeus, nós temos alguns projetos que vão concorrer com outros projetos a nível do PO Norte, nomeadamente vamos ter que estar com oitenta e seis Municípios a concorrer, e com instituições públicas. Isto permite-nos o quê? Que se tivermos alguns projetos em carteira, já com os pareceres das entidades externas, nós possamos chegar lá e ter alguma primazia sobre outros que os têm que realizar. Esse é o nosso entendimento, porque não sabemos se vai ser a oitenta e cinco por cento (85%), se a setenta (70%), se a quarenta (40%); o que nós queremos é ter alguma capacidade financeira para podermos ter alguns projetos.-----

M.
Pedro
Ay



Eu vou dizer-vos quais são os projetos em que nós entregámos as nossas intenções para a CCDR, e portanto, ficamos aqui já esclarecidos sobre quais são. Um é o Centro Cultural, de Eventos e de Promoção de Produtos Endógenos, e o outro são infraestruturas que não estão contempladas nos fundos europeus, mas que eu acho que já é uma necessidade que já vem de há muitos anos, e todos nós sentimos isso, o próprio Governo financiou um PIN – Plano de Interesse Nacional naquela zona, a APDL construiu um novo ancoradouro para cruzeiros, e vai iniciar-se em outubro a nova fluvina. Portanto, estou a falar da Foz do Sabor, e temos um problema, como todos sabem, estrutural, que é das estradas. Aquela ponte necessita urgentemente de alguma intervenção. O Município, obviamente, não tem capacidade para fazer, nem um projeto, nem o outro, sozinho, a União Europeia definiu políticas muito rigorosas em termos de acessibilidades, não permitindo candidaturas a tudo o que for o alcatrão – tínhamos ali uma exceção, que eram os dez quilómetros das zonas industriais, mas agora neste conceito, que já não é novo – e muitos dos que estão aqui sabem o que é isto, o chamado *overbooking* – o *overbooking* é o dinheiro que vai sobrar dos vários PO temáticos. Quem tiver pareceres e os projetos preparados pode ir a esse *overbooking*. E portanto, nós fizemos este esforço financeiro de termos já os projetos acabados, entregues, e prontos agora a ir a uma candidatura. Nada nos garante que possa ser possível.-----

Na quarta-feira, com a Sra. Ministra da Coesão, fizemos sentir-lhe uma situação que, para nós, é complicada: primeiro, pareceres externos, temos dez dias, ou vinte, para apresentar, e muitas vezes as entidades utilizam vinte e nove dias, que é o que lhe dá a Lei, e ao vigésimo nono dia, pedem mais um documento, e não conseguimos ter esse parecer externo. Por isso é que iniciámos estas candidaturas há um ano atrás. E depois, temos este problema, que é para todos os Municípios igual: a nossa rede viária municipal, tirando algumas obras de conservação feitas pelas Câmaras, ao longo destes anos todos – estamos a falar da década de noventa, de dois mil, até agora – tirando algumas reparações pontuais que muito custam ao Orçamento de todos os Municípios, a verdade é que os Municípios, na sua globalidade, não têm possibilidade de candidatar esses fundos à União Europeia, e não têm possibilidade *per se* de fazer obras que são necessárias e estruturais. Eu temo que daqui a dez anos seja um problema para as vias municipais – aquelas que têm alternativa, passam a ser usadas as alternativas, e deixam de ser usadas, mas há muitas em que não temos alternativa, e que nós não conseguimos de alguma forma fazer com que melhorem. Eu dou-vos este exemplo: até ao cruzamento que diz Açoreira, Maçores, Sequeiros, Peredo dos Castelhanos, temos uma estrada que é municipal, alcatroada, em condições, e depois temos outra, a partir dali, onde, este ano, depois de andarmos aqui com a Infraestruturas de Portugal, com *e-mails* para cá, com *e-mails* para lá, com quase uma perspectiva de uma ação litigiosa em tribunal, conseguimos que colocassem, ao fim destes anos todos, *rails*. Se me perguntarem se estão bem, ou não, eu acho que a maioria está bem, acho

que ainda faltam alguns, nomeadamente em duas curvas, que até acho que são as mais perigosas, e não têm. Mas, é uma obra da Infraestruturas de Portugal. Mas, aquilo era o início das obras, porque precisa de reperfilamento, repavimentação, uma série de coisas que não estão a ser feitas, e que as Infraestruturas, também não acredito que as façam, querem passar já isso para a Câmara Municipal, como passaram, na altura, Pocinho – Moncorvo. A nossa proposta é muito simples, é dizer que nós aceitamos a partir do momento em que esteja em condições de a aceitarmos, nomeadamente com as obras estruturais que são necessárias.-----

E por isso, a nossa necessidade de termos um suporte financeiro que nos permita estar para além, primeiro, do limite legal de endividamento – que nós já não estamos – que nos permita ter um conforto financeiro para o que for a percentagem do que vier no *overbooking*, e também para termos uma alavancagem dos próprios projetos que estão agora a ser feitos. E daí eu vos ter dito que, para nós, é importante, obviamente ainda não é o ideal, mas o concelho, se tiver esta bagagem financeira, com certeza estará mais preparado para concorrer – já não é com os da nossa dimensão, mas um bocadinho acima da nossa dimensão, sendo certo que nunca poderemos concorrer com os grandes Municípios, porque esses têm, eles próprios, dentro das estruturas das Câmaras, gabinetes para este tipo de projetos, gabinetes suficientes, não é um técnico, ou dois, como nós, que tem que fazer tudo; são vários.-----

E portanto, esta é a nossa satisfação. E não falando de nenhuma das outras que aqui trouxe, em termos do que fizemos, e daquilo que queremos fazer, a verdade é que temos esta vantagem, neste momento, temos também esta vantagem para – não sei se repararam, durante todo o estado de emergência, nunca faltaram os autocarros, à exceção quando as próprias empresas, elas por si próprias decidiram não prestar serviços. Essa foi a única situação. Tudo o resto foi sem acréscimos para qualquer munícipe, assumido pela Câmara Municipal, como agora havemos de assumir em termos de transportes escolares a necessidade, ou não, do desdobramento – estamos a falar de qualquer coisa como mais trezentos e sessenta mil euros (360.000€), a somar ao que já temos.-----

Portanto, isto é o culminar daquilo que nós dizíamos, uma boa situação financeira que permite, depois, a qualquer Município – não é só a este, mas a qualquer um, e as vossas freguesias também sabem, os Srs. Presidentes de Junta sabem que assim é – outros voos. Esperemos que estes sejam bons, e que sejam melhores do que estes que nos trouxeram desde março, porque em termos de rendimento, como podem depois ver no relatório, todos os Municípios caíram, e o Município de Torre de Moncorvo não é exceção, e caímos, em termos de rendimento, vinte e nove por cento (29%), que temos de recuperar agora.-----

Muito obrigado.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

Relativamente a este ponto, estão abertas as inscrições para os Srs. Deputados que queiram intervir. Dava a palavra, então, ao Sr. Deputado João Pavão.-----

----- **O Deputado João Pavão:** Bom dia, Sr. Presidente, estimados membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, estimados vereadores, estimados funcionários, estimados deputados, estimados Presidentes de Junta, estimado público.-----

Agradecer os esclarecimentos do Sr. Presidente relativamente ao endividamento da Câmara Municipal, e o esforço que a Câmara terá que ter, não só neste quadro comunitário atual, como no seguinte. É realmente importante a Câmara ter esta redução de dívida para, nos próximos projetos comunitários, ter alavancagem de obter financiamento, em termos de investimentos que são deveras importantes para o desenvolvimento económico do concelho. Eu acho que o mais importante, mas isso é a opinião de cada um, é a área de acolhimento empresarial da Junqueira, esse, sim, será um polo, um foco de atração de investimento que pode gerar emprego, e criar emprego para o nosso concelho.-----

Relativamente à atividade municipal, escrita pelo Sr. Presidente, referir que foi com agrado que vi a campanha do Destino Seguro, de qualificar Moncorvo como um Destino Seguro. É importante, nesta situação de pandemia, saber atrair as pessoas para visitarem o nosso concelho. É importante os projetos, como foi dos baloiços, dos miradouros, e toda essa componente que faltava em Moncorvo, porque não basta só termos a componente natural, há que saber explorar a componente natural de forma legal, e que isso atraia investimento, e que traga os turistas que deixem dinheiro – como disse muito bem o Sr. Deputado. Portanto, é com bom agrado que se vê isso.-----

E se não houver empresas, não há pessoas, não há dinheiro, não há circulação. E vemos que as empresas turísticas em Moncorvo subsistiram a esta travessia do vírus, e portanto, cabe também à Câmara fazer a promoção do território, para que haja geração de emprego e geração de economia.-----

Foi de bom grado que também vimos na última Assembleia que, por maioria, aprovámos o prorrogar de um ano das explorações das concessões públicas da autarquia aos empresários locais. É dessa forma que conseguimos ajudar, e se calhar, não só através da Câmara, mas também através da CIMDouro, ainda ressalvamos junto do Governo e da Ministra da Coesão Territorial os apoios aos empresários serem mais céleres. Os apoios aos empresários no interior terem benefícios fiscais, acho que isso será o remate para nós evoluirmos um pouco ao nível económico.-----

Depois, referir aqui também que vi outros autarcas – não desta CIM, mas, por acaso, da CIM de Trás-os-Montes, o Sr. Presidente da Câmara de Miranda do Douro, Artur Nunes – que algumas Câmaras estão a ter um aumento de custos, derivado do Covid, ao nível do transporte escolar.

Ou seja, as regras apertaram por causa da limitação dos veículos. Saber se o Município teve isso acautelado com as aldeias, se o Município viu o valor da verba de transporte escolar aumentado derivado ao Covid-19, e por que é que o Governo não está a ajudar nesse campo.-- Depois, há aqui um projeto – em 2009, 2010, 2011, houve a crise internacional, e Moncorvo passou um bocado à margem dessa situação, porque tivemos a barragem, houve circulação económica, houve emprego. E agora, estamos com uma nova crise, e temos outro projeto a arrancar, que eu acho que a médio prazo pode contribuir para o desenvolvimento económico do concelho, que é a exploração do minério. E esperemos que isso traga investimento, e que, sobretudo, fixe os jovens. Se nas anteriores Assembleias eu critiquei por não haver projetos que contribuíssem para a fixação de jovens, tenho que dar aqui a mão à palmatória, dizendo que quando os projetos andam, tem que se dar os parabéns.-----

Depois, relativamente às obras da Escola Dr. Ramiro Salgado, sabemos que já arrancaram (salvo erro). Como é que está a ser feita a parte das obras, ao abrigo do cumprimento das normas do Covid-19, ao abrigo da componente letiva, se está salvaguardado o bem-estar de todos os alunos.-----

E também dizer ao Município que está aberta uma candidatura à Escola Digital, que pode possibilitar ao Município adquirir equipamentos informáticos, que pode facilitar a vida dos estudantes, nomeadamente os estudantes do escalão A e B, que podem assim ter o seu computador portátil, como muitas vezes muitos não têm acesso, e sabemos que numa eventual nova época de confinamento, isso poderá facilitar o acesso ao ensino de todos os estudantes.-- São só estas as perguntas. Obrigado.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado João Leonardo.-----

----- **O Deputado João Leonardo:** Ora, bom dia, Sr. Presidente da Mesa, Executivo, Mesa, Srs. Deputados e estimado público.-----

Relativamente à informação escrita da atividade municipal, destacamos a abertura das Piscinas Municipais durante a época balnear, com todas as medidas de segurança implementadas; o esforço, conjuntamente com a CIMDouro, para garantir os serviços mínimos de transporte público de passageiros em todo o Município; ainda a criação, arranjos e divulgação de miradouros no concelho, iniciativa que espero que seja alargada a mais pontos de interesse, interligados com as rotas e passeios pedestres.-----

Ainda a inauguração, no próximo dia 3 de outubro, do parque infantil do Olival das Bolas, e a conclusão da requalificação e modernização do campo de jogos Dr. Camilo Sobrinho. Aqui se demonstra que com pouco investimento municipal e com candidaturas, se pode fazer obra para

M.
R. de
A.

albergar eventos, como o encontro realizado no ano passado, da Dragon Force, e o contínuo desenvolvimento dos jovens desportistas.-----

Relativamente à situação financeira do Município, nota-se um constante e contínuo esforço do Executivo em reduzir a dívida para se poder candidatar a investimentos futuros, com condições vantajosas. Em 2012, a dívida total encontrava-se em cerca de vinte e três milhões (23.000.000€); em 21 de setembro de 2020, sete milhões e meio (7.500.000€). A dívida a fornecedores era de cerca de três milhões (3.000.000€) em 2012; hoje, nos dados que nos foram apresentados na documentação, era de duzentos e trinta mil euros (230.000€) – temos a informação do Sr. Presidente de que, à data de hoje, são vinte e sete mil euros (27.000€). Aqui se vê a diferença. Ou seja, a dívida, que na totalidade é cerca de sete milhões, trezentos e quarenta mil euros (7.340.000€), com a banca, e não é com os fornecedores. Ou seja, a dívida está na banca, e não ao público em geral, ou seja, aos fornecedores e comerciantes locais, é apenas de vinte e sete mil euros (27.000€).-----

----- **O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Aires.-----

----- **O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

Em primeiro lugar, agradecer também as explicações que já foram prestadas relativamente à minha intervenção inicial, e depois pedir à Mesa, então, se me pudesse fazer chegar essa resposta ao requerimento, ficava também grato.-----

Dizer apenas, porque o Sr. Presidente insinuou aqui que as minhas declarações passadas terão sido isto ou aquilo: normalmente, quando eu digo isso sobre alguém, eu gosto de concretizar, e se quiser concretizar, esteja à vontade, porque tudo o que eu disse na Assembleia passada, e que consta da ata – e realmente, aí, dar os meus parabéns também a quem a efetuou, acho que representa na plenitude aquilo que foi a minha intervenção. Portanto, não tenho nada a apontar, o meu único reparo foi aquele, e mantenho-o.-----

Sobre tudo o que disse sobre o SIADAP, efetivamente, de acordo com os dados que eu tinha na altura, e que eram públicos, que eram praticamente nenhuns, foi a avaliação que eu fiz. Fico grato, e congratulo-me, que após essa Assembleia Municipal, poucos dias depois, essa informação já faça parte do *site* do Município, como deveria sempre ter feito, e que já seja pública, para que agora também a possamos analisar, e é isso que estou a fazer – mais à frente poderemos também falar sobre essa situação, se o Sr. Presidente desejar.-----

Agora, eu também não percebo, e falando aqui sobre a Assembleia passada, em que o Sr. Presidente referiu, e bem, na sua intervenção, algumas questões e algumas respostas que me prestou, que até eram bastante assertivas, a certa altura – e ainda agora acabou de dizer que uma coisa é uma questão política, outra coisa é uma questão técnica; eu acho que a política

14.
R. Dias
C. J.

abrange todas as áreas, por isso é que é política. E portanto, se acham que não têm capacidade para discutir questões técnicas, não discutam. Eu acho que na política temos que discutir tudo, e se estamos a discutir ideias e projetos, e projetos que depois são obras, são programas, que são técnicos, isto tudo faz parte da política, acho que isto é o básico, e não estou a dizer nada de novo a ninguém. E já o Sr. Vice-Presidente da Câmara, numa Assembleia anterior, tinha batido nessa tecla, que é uma gestão técnica – uma gestão técnica. Certo, mas a Câmara é gerida por pessoas formadas em determinadas áreas, e que, depois, têm de perceber um pouco de tudo, e têm de fazer uma gestão política. E portanto, a política é o que é, e todos nós sabemos o que é, e acho que essa não é uma resposta que se preste, ser uma questão técnica. Aliás, porque sendo uma questão técnica, por exemplo, a arte de um professor também é uma questão técnica, e o Sr. Presidente, na Assembleia passada, estava eu ali sentado naquela Bancada, e depois de uma das minhas intervenções, o senhor disse-me que se isto fosse uma oral – e aí, até compreendo que o Sr. Presidente perceba mais de orais do que eu, confesso que não é o meu forte – e disse-me que se isto fosse uma oral, o Sr. Deputado tinha cinco. É o cargo de professor, e temos aqui uma questão técnica, mas aí, já não é uma questão técnica.-----
E mais, a Lei que eu citei aqui, e que o senhor até acabou por dizer que a citei bem, refere lá explicitamente: quem está aqui para ser avaliado é o Sr. Presidente e o Executivo, os Srs. Vereadores, é para isso que existem as Assembleias Municipais, é para fiscalizar, avaliar e acompanhar o mandato do Executivo, e não o contrário, porque se eu viesse hoje a exame, e viesse falar sobre as atividades municipais, e as obras que constam do seu programa – eu sei que o senhor já disse que estava aqui à minha espera, e eu confesso que cheguei em cima da hora, queria vir mais cedo, não consegui, mas cheguei ainda dentro do período regimental; agora, eu confesso que se viesse cá fazer um exame e uma análise, uma avaliação, com a matéria que o Sr. Professor me deu, eu tinha zero, não tinha cinco, porque ainda não a tenho, percebe? E essa é que é a questão, porque não se pode dizer que se é professor, e depois não se dá a matéria aos alunos. E essa é a sua função.-----
E fico-me por aqui, acho que vou ficar por aqui na minha intervenção. Muito obrigado.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Está aqui a resposta ao seu requerimento, que eu já lhe faço chegar.-----

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Dias.-----

----- **O Deputado Luís Dias:** Bom dia, mais uma vez.-----

Quando o político atropela o técnico, é prepotência ou incompetência. Pede despachos, e a partir de despachos, pode tomar uma decisão.-----

M. O.
Pedro



Agora, o que me traz aqui. Muitos parabéns ao Executivo pela parte financeira – em todas as sessões da Assembleia venho dizer o mesmo. Boas contas, bons amigos, de certeza que os fornecedores do Município, na altura de darem orçamento, em vez de pensarem que vão estar à espera dois anos, não, vamos saldar isto em dois meses, e por isso fazem mais barato. Um ato de gestão e de poupança muito bom por parte do Município.-----

Esta situação financeira, o Sr. Presidente falou em conforto e em alavancagem, acima de tudo é credibilidade. Para mim, a palavra que define esta situação financeira é a credibilidade do Município perante as outras instituições.-----

Da atividade, o “Aprende, brincando”, que correu muito bem, não houve problemas, nem casos de Covid, no verão, que toda a gente tinha medo de juntar crianças, correu impecavelmente. Os meus parabéns pelo “Aprende, brincando”, sem problemas sanitários.-----

A minha questão é sobre as piscinas cobertas, já que as piscinas ao ar livre tiveram a sua atividade, as piscinas cobertas vão ter, ou não, se está a analisar, gostava de saber mais informações sobre isso.-----

E é só.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Terminada a primeira ronda, dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões levantadas.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia.-----

Sr. Deputado João Pavão, muito obrigado pelas palavras, e também pelas notas que aqui nos deixou, nomeadamente quanto a candidaturas. Eu acho que a política é isso mesmo: é não fazer politiquice, é fazer política. Deixem-me contar-vos algumas situações, ou pelo menos uma: quando estávamos na fase de recuperação de dinheiro, em termos de candidaturas – e estou a falar do anterior Executivo ao nosso – eu cheguei a ter conversas com o então Presidente da Câmara, em que ele me dizia assim: temos que fazer isto, e temos que arranjar aqui uma solução para conseguirmos meter o projeto. Isso foi uma coisa, e isso é política, é tentar uma concertação de todos os espetros partidários que estão presentes, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal. A politiquice é diferente, é marcar uma reunião com alguém, dizer que temos isto, mas não temos este parecer, mas temos que avançar, e no dia seguinte está com conhecimento dessa entidade que falta o parecer, e quem fica prejudicado é o Município de Torre de Moncorvo. Acho que aí, estamos todos de acordo. Sempre que sejam verbas retiradas, não é o Executivo que fica prejudicado; é o concelho na sua totalidade.-----

Portanto, quando eu quero dizer, Sr. Deputado, aquilo que o senhor fez – e estou a falar para o Sr. Deputado José Aires – mantenho que se fosse eu a avaliar, mantinha-lhe a mesma nota, apesar dos dois meses que teve para se preparar, porque o que fez aqui não foi mais do que

16
B do
Chy

uma retórica. Quando eu lhe falei da parte técnica, estava exatamente a falar-lhe das suas questões levantadas, e que constam da pág. 17 da ata. E essas, depois respondeu que, afinal, estavam lá, e não sei quê, mas já deviam estar desde 2018, já deviam estar. Mas, não me quero pronunciar sobre isso, era aí que eu lhe estava a dizer, não lhe estava a dizer sobre isto.-----

E vou dizer-lhe outra coisa: eu, se quisesse que o senhor não tivesse aquilo, enviava-lhe por correio, e continuava nesta Assembleia sem ter, só teria na próxima. Por isso é que eu fiz questão, se mo entregam a 19 ou a 20 – por acaso até foi a 21 ou 22 – eu podia mandar por correio, e de certeza que não o tinha. E por isso é que o trouxe, eu, em mão. Por isso, podemos discutir o que quiser sobre ele, as questões que quiser levantar, acho muito bem, no meu gabinete, se quiser, num local que queira, todas as questões serão dirimidas aí, porque se for feito esse género de política, eu entro nesse jogo; se for feita a politiquice de tentar ver onde é que estamos errados para prejudicar, e depois dizer que o Presidente da Câmara não cumpriu, nessa não entro. Vão lá para as redes sociais, façam o que quiserem. Como eu não tenho *Facebook*, até é porreiro. Essas, para mim, passam-me ao lado completamente.-----

Portanto, na questão do Sr. Deputado João Pavão, dizer-lhe o seguinte: todo o processo de contingência quanto à Covid, mesmo nas obras, foi elaborado, quer com a escola, quer diretamente com a Câmara e com o empreiteiro, que depois tem os seus planos com os subempreiteiros, como é óbvio. Não escamoteamos aqui a situação de saber – e foi público, todos soubemos que houve um ou dois casos com subempreiteiros que testaram positivo, houve funcionários de subempreiteiros que estão na escola que testaram positivo, não escamoteamos isso. Mas, também não escamoteamos o seguinte: é que se conseguiu isolar-se de tal forma que as obras continuaram, e não houve nada que alargasse a outros, e por aí fora, e principalmente à comunidade escolar. Neste momento, está tudo a decorrer dentro dos prazos, com o problema que temos em termos de distanciamento social, que também lá é obrigatório, mesmo entre empresas.-----

Quanto à Escola Digital, dizer o seguinte: na Escola Digital, o Concelho de Torre de Moncorvo foi mais além do que o aviso previa; foram feitas e levantadas e todas as crianças e jovens que tinham necessidades, fosse de computadores, fosse de ligação à internet, independentemente – o aviso só diz, se fosse o escalão A e B, mas foi para todos. Ninguém poderá dizer que não teve computador, ou que não estudou por não ter computador, ou por não ter ligação. E neste caso, foram cento e trinta e sete alunos que declararam, aquando das matrículas, que não tinham computador, e sessenta e oito que não tinham comunicações. O aviso, aliás, deixe-me dizer, Sr. Deputado José Aires, é mais uma retórica. Dizer-lhe o seguinte: o que veio no aviso é tão simplesmente isto: todas as crianças vão ter, todos; mas, depois diz que não são todos, só são os do escalão A e escalão B. Ora, isto, só por si, já é uma injustiça, e por isso é que nós não

quisemos cair nela. E depois, fomos desde o 1.º ciclo até ao décimo segundo, porque há dificuldades em todos; não é só nos do 1.º ciclo, há em todos. Portanto, vamos colmatar isso.--- E depois, diz-se no aviso: mas, as operadoras têm que se candidatar, todas. E o montante, qual é? Com as características técnicas, o computador e a ligação à internet, não pode ultrapassar o montante de quatrocentos e quarenta e três euros (443€), já com IVA. Para a nossa realidade e para o nosso território, isso é impossível. Não somos só nós; é para nós, é para o Freixo, é impossível. Para vos dar um exemplo: se os dos primeiros anos, se conseguiu a quatrocentos e quarenta (440€), em média, a partir daí foi tudo para cima dos seiscentos (600€), para todos. E das três operadoras, só uma é que conseguiu baixar quase ao limite. Só para verem, a CIMDouro tem cerca de duzentos mil euros (200.000€), grosso modo, para os dezanove Municípios; só Moncorvo, o Concelho de Torre de Moncorvo, face a este levantamento que nos foi dado pela escola, e que foi dado pelos pais das crianças, e também pelas entidades públicas que têm que prestar as informações, só para isso, nós abrimos já um procedimento de setenta e cinco mil euros (75.000€). Agora, vamos ver esta situação: se nós fossemos só para o aviso, e em candidatura, só era escalão A e B, e mesmo assim, não chegava, o que vem do FFF para nós. Portanto, se temos de gastar dinheiro, temos de gastar dinheiro para todos, para todos ficarem nas mesmas condições. E este é trabalho que não é apregoado, é trabalho que nós não mandamos para as redes sociais, é trabalho que tem que ser feito para darmos as condições às crianças para terem o mesmo que têm no litoral. E esse, se algum dia nos quiserem fazer justiça, foi sempre o nosso lema. Gastamos mais aqui, seja em cultura, seja no saneamento, seja em eliminar fossas, para termos ETAR's? Gastamos. Mas, pagamos os mesmos impostos de Lisboa ou do Porto, e portanto, temos de ter as mesmas condições. E é aqui que os Executivos, cada vez mais, nas áreas sociais, nas áreas da educação, têm que estar ao lado dos munícipes. ----- Obviamente, como disse o Sr. Deputado João Pavão, se não tivermos emprego, não temos juventude – aconteceu isso com a barragem, irá acontecer certamente agora com as minas, com o empreendimento mineiro. E isso é que é importante. Mas, o mais importante é nestes primeiros momentos – e por isso, juntamente com a Assembleia Municipal, tomámos uma série de medidas, que o que visaram, ao contrário do que o “Mais Coeso” pretende, que é criar emprego, não é criar emprego hoje que estamos aqui a defender, mas é manter o emprego que já existe. Hoje, o mais importante na política deste Executivo, e na política de todos nós, é conseguirmos criar, criar mesmo condições para a manutenção de emprego. Isso é o mais importante. E portanto, dar-vos estas notas.-----

Quanto à questão do Sr. Deputado Luís João, no nosso plano de contingência está isso mesmo: mantendo-se esta fase, não vão abrir as piscinas, para já. Se melhorar, vamos tentar – eu não acredito, sinceramente, que seja durante o inverno, mas isto é a minha perceção, por tudo o que se diz, nomeadamente a confusão que pode haver com os sintomas de gripe e sintomas de

16.
Pedro
Al

Covid, que é outro problema. Neste nosso plano de contingência, a única coisa que nós desmantelámos, digamos assim, foi o nosso centro de acolhimento não Covid – como sabem, há uma rede de alguns Municípios com a Segurança Social, e Moncorvo tinha um centro de acolhimento não Covid. Como ainda não estamos na mesma fase que estivemos entre abril e junho, o nosso foi desmantelado na semana passada, mas está de reserva em termos distritais. Portanto, de um dia para o outro pode ser logo montado o nosso centro de acolhimento não Covid. E isto faz com que todas as medidas do plano de contingência se mantenham ativas, nomeadamente a das piscinas, que é a de não abertura, e irá provavelmente agora – vamos ver o que é que vai sair na próxima semana – tudo o que for em espaços fechados, vai ser muito mais restrito, vai haver uma nova restrição, e obviamente, vamos estar à espera, porque a Legislação sai de quatro em quatro dias, de cinco em cinco dias, é uma situação que aparece, que é aplicada para outros, e replicada, e assim sucessivamente, até chegar a nível nacional. Portanto, vamos aguardar.-----

Mas, para já, Sr. Deputado, respondendo à sua questão, não vão ser abertas.-----

Obrigado.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal **apreciou** a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal e financeira do Município. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 2 — TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO ESTADO PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS. -----

PONTO 3 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO ESTADO PARA AS COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS. -----

-----Inscreveram-se para intervir nestes pontos os deputados **João Pavão (PS)**, **José Aires (PS)**, e **Luís Dias (Coligação PSD/CDS)**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Não sei se o Sr. Presidente queria falar dos dois pontos em simultâneo, também o Ponto n.º 3 - Transferência de competências do Estado para as Comunidades Intermunicipais. -----

Sem pôr em causa o direito à intervenção dos Srs. Deputados, isto acaba por estar um pouco

ligado, apesar de serem instituições diferentes – autarquias de um lado, comunidades intermunicipais do outro.-----

Faça favor, Sr. Presidente.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado.-----

Srs. Deputados, como sabem, nós tivemos sempre aqui uma posição quase unânime de não aceitar as competências que nos eram transferidas, nem sempre acordávamos na conclusão dos temas, mas, se por um lado, há quem defenda que esta transferência de competências maquilha o que deveria ser uma verdadeira regionalização, e também não é aquilo que nós, Municípios, defendemos como verdadeira descentralização, o que é verdade – e eu aponto aí no texto que vocês têm, no Ponto G, eu digo, embora se mantenham válidos os argumentos que justificaram, em 2019, a decisão de não aceitação de transferência destas competências, designadamente o facto de se continuar sem conhecer com rigor o valor do designado envelope financeiro – isto é, a transferência dos recursos técnicos, financeiros e humanos, transferidos do Estado para as Autarquias Locais, para que estas possam efetivamente exercer a competência transferida, a generalidade dos diplomas suprarreferidos determina que se consideram transferidas para as autarquias e para as CIM a 1 de janeiro de 2021, sem que estas possam legitimamente aceitar, ou não, com exceção das transferências de competências na área da educação, da saúde e da ação social.-----

Portanto, a proposta aqui é a seguinte, englobando os dois pontos: no último Conselho da CIMDouro, foi acordado por todos os dezanove Municípios que nenhum se iria opor à transferência das competências do Estado para as comunidades intermunicipais. De qualquer forma, em janeiro de 2021, estarão lá. E isto por quê? Porque nesta fórmula, as comunidades intermunicipais, e a CIMDouro em particular, não as pôde exercer porque nós aqui votámos contra, e basta um Município votar contra, e não podem exercer.-----

Neste momento, a partir de outubro, serão designados os membros, basicamente, para conselhos consultivos. As CIM's não vão ter envelopes financeiros, porque o único que poderá ter um envelope financeiro – mas, não é do Estado para as CIM's, nem dos Municípios para as CIM's – vai ser tudo englobado, que vai ser a rede de transportes, que já são competência, nos intermunicipais, das comunidades intermunicipais. Mas, mesmo aí, já houve alterações. Se bem se recordam, quando nós deixámos de ser a entidade que geria os transportes públicos, passaram para as CIM's, e o que se dizia era: um percurso que se iniciasse em Moncorvo e terminasse em Mogadouro – vou dar este exemplo, porque é mais fácil – entre duas comunidades intermunicipais, era já competência das comunidades. Hoje em dia, com uma alteração há pouco tempo, o que nos foi transmitido era que já não era bem assim. E por quê? Porque as CIM's também não têm capacidade para fazer isto; ou é o dinheiro dos Municípios

que entra lá, ou então não há capacidade. Então, passou a ser a ligação entre dois concelhos, nomeadamente, no mesmo exemplo, Moncorvo e Mogadouro, será considerado um circuito municipal do Município que maior número de quilómetros tiver nessa rede. Ou seja, quer dizer, aquilo que já todos estávamos a trabalhar num certo sentido, já temos que o trabalhar noutra.--- E portanto, as CIM's chegaram à conclusão que seria importante, neste momento, em vez de esperar por janeiro de 2021, e uma vez que não há grandes verbas envolvidas do Estado para as CIM's, que seria importante eles poderem já fazer parte de alguns conselhos consultivos, e de estarem já em algumas competências que lhes são adstritas.-----

Quanto ao Município de Torre de Moncorvo – e eu volto a dizer, se calhar a minha posição – e eu quero frisar isto – se fosse em dezembro de 2020, era diferente. Agora, o Poder Central nem sempre – e nós vamos ver à frente que isto acontece – olha para nós como sendo pares do sistema; olha para nós como alguém que tem que legitimar decisões. E para ser notário habilitado, não estou, porque senão tinha ido para notariado. Ser notário habilitado de escolhas do Poder Central, para isso não estou, e acho que nenhum de nós está para fazer de conta. Se fosse em dezembro de 2020, eu já tinha conhecimento do Orçamento de Estado, eu e nós todos. Eu não sei se no Orçamento de Estado, uma vez que vai ser obrigatório a partir de janeiro de 2021 aceitarmos, se este Orçamento de Estado vai regulamentar, ou não, já estas transferências. E portanto, o que eu digo é que, neste momento, em setembro de 2020, que é quando nós temos de decidir, estamos com um Orçamento que não nos traz nenhuma sustentação, nem nenhuma regulamentação, para as áreas que nos querem transferir. E eu vou dar-vos um exemplo, águas interiores: as águas interiores, a navegabilidade das águas interiores passa a ser para as autarquias. Ainda ninguém percebeu quem é que vai ser a entidade que vai ter alguma responsabilidade de legitimar determinados regulamentos numa praia fluvial. Neste momento, por exemplo, se for em termos de navegabilidade, a APDL, juntamente com a Polícia Marítima – Porto de Leixões, neste caso – têm legitimada; a partir daí, nós não sabemos. Nós não sabemos mesmo. E nestes confrontos e nestas confusões entre entidades, vai ser problemático, porque nem sequer temos noção de quem é que vai assumir as responsabilidades financeiras que nos preocupam a todos, como é óbvio.-----

Portanto, a minha proposta, para não me alongar mais, seria – a minha proposta e do Executivo, isto veio do Executivo na globalidade: não aceitar o exercício das competências em causa, quer na saúde, quer na educação, e na ação social, porque foi alargado o prazo até março de 2022, e aí é que eu acho que está correto, porque serão legitimados os novos Presidentes de Câmara, os novos deputados municipais, os novos Presidentes de Junta, em outubro de 2021. É isso que está correto. Era não aceitar. Quanto às outras, sob um voto de protesto, porque o temos, vão cair-nos no nosso colo em 2021, janeiro de 2021. Por isso é que eu, já na preparação do Orçamento, comentei que vamos ter muitas rubricas que vão ficar com um euro (1€), dois (2€)

Handwritten signature in blue ink.

ou três (3€), vão ficar abertas para sabermos como é que as vamos encaixar, porque neste momento, lá está mais uma vez, tecnicamente não conseguimos habilitar esta norma; juridicamente, conseguimos habilitá-la, porque sabemos que temos que o exercer a partir de janeiro.-----

Portanto, esta era a proposta do Executivo, para não obstaculizar a que passem as transferências do Estado para a CIM, sob protesto, todos aqueles diplomas que vimos a recusar, serem recusados também, e sob protesto de nós termos de os aceitar em janeiro, e quanto aos outros, que têm a sua entrada em vigor alargada para março de 2022, não as aceitar, pelo menos por este ano, e vamos ver o que é que corre com o Orçamento de Estado.-----

Obrigado.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Estão abertas, então, as inscrições para os Srs. Deputados se pronunciarem sobre os Pontos n.º 2 e 3. Sr. Deputado João Pavão, faça favor.-----

----- **O Deputado João Pavão:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

Estes dois assuntos, eu até vou abordar mais um pouco o assunto das responsabilidades para as comunidades intermunicipais. Estas, se calhar, são as alterações que há na Administração Local mais importantes pós-25 de abril, e acho que o país e as Câmaras estão a levar um pouco isto com muita leviandade. Sabemos que temos os Estados Republicanos, os Estados Monárquicos, e temos o estado do nosso Estado, que é sempre tudo aos pontapés e às trapalhadas. Vemos que se estão a pôr as responsabilidades em cima das autarquias, sem os respetivos envelopes financeiros, técnicos e humanos para as autarquias, continuamos com o mesmo erro, que é tudo feito de forma *top down*, ou seja, de cima para baixo, e não *bottom up*, de baixo para cima, e vejo aqui uma conglomeração de confusões. Por exemplo, nós, na CIM, a nível do IEFP, administrativamente, regemo-nos por Vila Real; a nível da saúde, pela ULS Nordeste, que tem sede em Bragança; e depois, vejo aqui a CIMDouro, que é o território dos dezanove Municípios, que abrange o Distrito de Bragança, Vila Real, Viseu e Guarda, e vemos aqui que no Decreto-lei n.º 23/2019, neste domínio, prevê-se que a CIMDouro passe a ter competência para participar na definição da rede de unidades de saúde primárias, e continua em frente. E sabemos que, por exemplo, a nossa CIM não tem assento na CIM de Trás-os-Montes, que define quem é o representante na ULS. Ou seja, estamos aqui a delegar na CIMDouro, que não tem voz na CIM de Trás-os-Montes. Portanto, acho que há aqui uma mistura de competências, que lá diz, é o estado do nosso Estado.-----

Não sei se, depois, todos os deputados querem ver, como fizemos nas anteriores Assembleias, de fazer uma declaração de voto comum de negação – claro, cada um está na sua individualidade de votar a favor, contra, ou se abster. Mas, pronto, queria só deixar esta nota,

14,
Redu
Cy

que é o estado do nosso Estado, esta trapalhice de Leis, e nomeadamente nesta parte da saúde. Concordo, não só de a CIM fazer promoção conjunta turística e gestão de fundos, que se justifica, mas necessitamos de uma organização plena.-----
Muito obrigado.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Aires.-

----- **O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

Relativamente a esta questão que está em discussão nestes dois pontos, dizer aqui que é uma das situações onde, no momento, penso que, pelo menos da minha parte, estou de acordo aqui com o Executivo Municipal, tanto técnica, como politicamente – ou seja, a Lei podia estar melhor executada, faltam algumas valências e a alocação de recursos, os *timings*. E neste caso, também a posição política, que partimos do mesmo princípio, de que a regionalização é desnecessária, que a transferência e a desmaterialização, ou a descentralização do poder para as Autarquias Locais e para as freguesias é fundamental, porque são os órgãos que estão mais próximos das pessoas que melhor conseguem perceber as suas dificuldades, e se calhar até aferir melhor a forma de alocar esses recursos, e como eles podem ser potencializados e melhor utilizados. É uma das questões em que estamos de acordo.-----

Referir também – há pouco, peço desculpa, efetivamente estava ao telemóvel, com o Sr. Presidente referiu, como muitos outros deputados municipais estão ao telemóvel neste momento, e até ao seu lado, enquanto estava a fazer a intervenção, embora não tenha reparado, alguns membros do seu Executivo estavam ao telemóvel, o que é perfeitamente natural, porque nestes tempos em que vivemos, em que por causa, desta pandemia, tivemos que deslocalizar as instalações da Assembleia Municipal para o nosso magnífico e majestoso cineteatro – lá está, um bom exemplo de uma das obras que foi efetuada durante o tempo do Executivo Socialista, porque houve aqui pessoas que falaram em investimentos importantes, e é verdade, hoje temos baloiços, temos miradouros, tínhamos alguns, hoje temos mais, outros foram reformulados, a aposta no turismo, no meu ponto de vista, é sempre uma aposta a ter em conta; não deve ser a única aposta, e esta pandemia também nos demonstra isso, regiões e Municípios que apostavam unicamente no turismo, como o caso do Algarve, hoje estão dependentes dessa situação, têm uma taxa de desemprego elevadíssima e estão a passar grandes problemas sociais e económicos, e ao nível do emprego. Agora, é uma aposta viável. Efetivamente, nessa parte da intervenção, também acho que faltou aqui por parte do Sr. Deputado que fez a intervenção referir que as pessoas, para irem visitar a sua freguesia – que o devem fazer, que eu conheço bem, e recomendo – e estes novos pontos de atração turística, que confesso, especificamente no caso do Castedo, eu não tive possibilidade de visitar, que para chegarem lá, têm de passar por uma

estrada, e já houve investimentos nessa estrada, e que, quando chegam lá e querem ficar hospedados, ou querem ir a um café ou restaurante, têm que ter água canalizada e outros recursos, que foram investimentos que foram feitos, e prioritários, muitas ruas foram abertas também nessa povoação, muitas ruas foram calcetadas, pavimentadas, saneamento, água, e é importante referir que antes de existirem os baloiços, também existiu isso. Às vezes é preciso termos memória e não esquecer que foram feitas barragens de abastecimento de água, que foram feitos reservatórios, e um conjunto de outros investimentos, porque às vezes parece que só vemos daqui para a frente, e é preciso vermos daqui para trás. Mesmo no turismo, que temos visto agora que estamos a acompanhar as modas que existem, e a fazer estes investimentos para atração turística, e relativamente aqui até aos Municípios vizinhos, eu penso que nos destacamos nesse aspeto – porque a mim, não me interessa se são modas; se elas produzirem efeitos e benefícios para a região, serão sempre benéficos e bem-vindos, não interessa quem fez primeiro, acho que não é isso que está em causa. E dar os parabéns ao Executivo por tê-lo feito.

Como também, voltando um pouco atrás, na questão da educação, que o Sr. Presidente referiu e bem, esse investimento que fez – e acho que essa deve ser uma das prioridades, e o facto de o Município se ter prestado a esse trabalho, também dar os parabéns, porque também é preciso saber dar os parabéns quando as coisas são bem feitas, ou são feitas com esse sentido de dever, e muitas vezes até indo um pouco para lá daquilo que é expectável – porque também vivemos tempos excecionais, e o expectável agora tem outras fronteiras.

Agora, eu acho que é esse o caminho que deve ser perseguido. Essencialmente, acho que é isso que deve ser feito. E era só também deixar aqui este complemento a este ponto, e à minha intervenção anterior.

Obrigado.

----- **O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Dias.-

----- **O Deputado Luís Dias:** Sobre este assunto, já no ano passado os líderes dos Grupos Parlamentares fizeram um texto comum, pela não aceitação. Acho que estou nessa qualidade para dizer que o Grupo Parlamentar do CDS e do PSD, podemos, juntamente com o PS, se for essa a intenção, entregar o mesmo texto que entregámos no ano passado, devido à não aceitação.

Dizer que o deputado João Pavão trouxe uma questão muito pertinente na gestão do nosso território, que é a sobreposição de organismos do Estado, as áreas da NUT II não batem com a NUT III, e ainda metemos os distritos que, de uma certa forma, ficaram obsoletos desde que deixaram de existir os Governos Civis, e que neste momento, só têm uma função, que é eleger

os deputados da Assembleia da República, é a única coisa que o distrito neste momento tem, como unidade, são os deputados eleitos. Questionava o Sr. Presidente e o Executivo se nos quadros da CIM se discute este assunto, se as CIM's pedem ao Governo, ao Ministério da Administração Interna, um novo mapa, nem que seja um novo mapa para eleições legislativas – por que não a eleição legislativa, em vez de ser por distrito, por que não passar para CIM's, ou até mesmo para as NUT, de uma forma mais pequena, para a NUT III, acho que são cerca de cem NUT III, se fosse um deputado por ciclo nominal, seriam cem deputados, se fossem eleitos mais cem pelo país todo, tínhamos menos deputados do que temos neste momento, e se calhar melhor representados.-----

Voltando à questão do Ponto n.º 2 e 3, o Grupo do CDS e do PSD vai aprovar a não aceitação da transferência para o Município, e iremos aceitar as transferências para as CIM's – as transferências do Governo Central para as CIM's.-----

Obrigado.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, não sei se pretende intervir. Como estamos a discutir dois pontos, não sei se algum dos Srs. Deputados quer intervir. Como sabem, são duas intervenções por cada ponto, mas aqui seriam quatro. Penso que não, que está toda a gente esclarecida.-----

Então, passaríamos à votação. Como sabem, vamos votar o pacote legislativo, são vários Decretos-lei, uma lista enorme de Decretos-lei, de transferência em várias áreas, em que se decidiu já das outras vezes votar em conjunto – praias, exploração de modalidades afins de jogos de fortuna e azar, etc. Evidentemente, haverá aqui, depois, aquelas situações de algumas, como é o caso da educação, da saúde e da ação social, que aqui terá um período dilatado para as transferências.-----

Então, passaríamos à votação, em primeiro lugar, do Ponto n.º 2. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, **deliberou por maioria, com 25 votos a favor e 3 abstenções** (dos deputados Maria de Lurdes Reis, António Júlio Andrade e Sílvio Carvalho), **aprovar a proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência de competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (Educação) e Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro (Saúde), para a Câmara Municipal, para o ano de 2021, e comunicar à Direção Geral das Autarquias Locais.** -----

M.
Edo
Oy



----- **O Presidente de Mesa:** Passamos, então, ao Ponto n.º 3, aqui a transferência é para as comunidades intermunicipais. A proposta que foi aprovada em reunião de Câmara Municipal foi aprovar as transferências, com uma abstenção. Aqui, nós somos órgão autónomo, logicamente, mas também não podemos viver alheados dos outros órgãos.-----
Irámos passar, então, à votação do Ponto n.º 3. Penso que está clara esta situação.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e diplomas conexos, **deliberou por maioria, com 25 votos a favor e 3 abstenções, autorizar a transferência de competências do Estado para as Comunidades Intermunicipais.**-----

----- As presentes deliberações foram aprovadas em minuta. -----

PONTO 4 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS E IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSMISSÕES ONEROSAS – TAXA A APLICAR EM 2021.-----

PONTO 5 – DERRAMA – TAXA A APLICAR EM 2021.-----

PONTO 6 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES – IRS – TAXA A APLICAR EM 2021.-----

PONTO 7 – TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM – PERCENTUAL A APLICAR EM 2021.-----

-----Inscreveram-se para intervir nestes pontos os deputados **Luís Dias** (Coligação PSD/CDS) e **José Aires** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Aqui também temos vários pontos que estão interligados, entramos aqui na área dos impostos.-----

Não sei se o Sr. Presidente pretende fazer uma intervenção conjunta. De qualquer forma, teremos, depois, de analisar e votar. -----

Portanto, Sr. Presidente, se quiser intervir sobre estes pontos.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

Como sabem, na Assembleia de setembro é obrigatório virem os pontos chamados fiscais, porque têm a ver com os impostos que, de alguma forma, o Município pode arrecadar.-----

Dos quatro, nós mantivemos o que já vem desde, seguramente, quando se iniciou a

14
lecho
g

responsabilidade da cobrança por parte dos Municípios, não alterámos nada. Mantemos as taxas médias, e portanto, nunca vamos até ao limite máximo, nem ao limite mínimo; estamos nas taxas médias.-----

Eu quero referir-me aqui a uma situação, e os Srs. Presidentes de Junta vão perceber isto – todos vamos perceber isto, mas os Srs. Presidentes de Junta vão perceber isto de uma forma mais concreta: nas nossas freguesias e na sede do concelho, inclusive, existe muito património degradado, e muitas vezes tentamos, de alguma forma, encontrar quem são os proprietários, já são heranças de heranças que, por sua vez, já têm outros herdeiros, e há sempre uma grande dificuldade em conseguirmos, de alguma forma, que as obras, quer solicitadas pelas Juntas de Freguesia, quer solicitadas pela Proteção Civil, quer aquelas que o Município pretende que os proprietários façam, é muito difícil, às vezes, que isso aconteça. E algumas delas são de segurança pública. E temos um problema, que é um problema burocrático, que sempre que entramos no litígio, e se vai para tribunal, mais tempo demora ainda.-----

Portanto, mantemos aquilo que já foi preconizado no ano passado, mas agora de uma forma em que o levantamento tenha que ser efetivamente feito, quer pelos serviços, quer pelas Juntas de Freguesia, por forma a que essas pessoas percebam, porque pagam tão pouco, que ter aquilo a cair é o mesmo que deixar andar, porque não se sente no bolso.-----

Portanto, quanto ao IMI, mantemos a taxa que estava fixada, mantemos as reduções, nomeadamente quem tiver um dependente a cargo, seja ascendente ou descendente, tem redução, se tiver dois dependentes a cargo, tem uma redução maior – um dependente, vinte euros (20€), dois dependentes, quarenta (40€), e três dependentes, setenta euros (70€), isto em termos de redução. Quem for ao encontro daquelas medidas também preconizadas para arrendamento, nomeadamente o arrendamento jovem, também tem aqui uma série de reduções. Tentámos englobar aqui aquela política que foi definida por todos nós, que era conseguirmos ter disponibilidade de habitação, mas, ao mesmo tempo, que aquelas pessoas que têm património, mas não cuidam dele, sintam um bocadinho que têm que cuidar, porque o vizinho não tem que levar com casas degradadas ao lado dele, os transeuntes da via pública não têm que ter medo que caia uma pedra ou uma telha, tudo isto está aqui englobado.-----

Portanto, a proposta é de zero vírgula quatro (0,4%), sendo certo que tem aqui uma série de reduções, nomeadamente aplicável aos prédios arrendados naqueles incentivos fiscais que temos, que tem redução de vinte por cento (20%), têm redução de trinta por cento (30%) aqueles que são classificados de interesse público municipal, e depois, têm a redução, em termos sociais, pelo número de dependentes que tiver. É esta a situação que aqui vos é proposta, nos termos do IMI.-----

Nós fizemos aqui um quadro sobre as receitas dos impostos municipais, ao longo de 2018, 2019 e 2020, para vermos a variação que aqui tivemos.-----

Estamos, então, com as situações todas exatamente como foram no ano passado, e como já--- tinham sido há sete, oito, nove, dez anos. E eu queria – porque foi a única que não teve a unanimidade por parte do Executivo, que tem a ver com o IRS. Como sabem, há quem defenda que esta variação, que pode ir até cinco por cento (5%), que a Câmara não deveria exercer essa possibilidade – a Câmara, o Executivo, nós, e quem valida aqui, a Assembleia. Pois bem, eu tenho a certeza que noventa e oito por cento (98%) da população, nenhuma vai pôr lá na quadrícula que é para a Fundação A, para a Fundação B, ou para o que quer que seja. Portanto, este é aquele que está disponível para as pessoas fazerem o que quiserem, ou então o Estado, porque se ninguém optar, vai logo direto. A verdade é que estes montantes ajudam a financiar aquilo que é a carência social, e outras, até o próprio funcionamento do Município, é através destas receitas que temos, não temos mais. E portanto, como podem ver, isso não é assim por aí além. Os Municípios como Torre de Moncorvo continuam a estar dependentes, obviamente do FEF, continuam a ter cada vez mais necessidade das participações do Estado, e agora cada vez temos mais competências, com o mesmo montante.-----

Portanto, é impossível ir para além daquilo que vos proponho aqui, em termos de reduções. Eu acho que no IMI temos uma grande capacidade de reduzir o que é o Imposto Municipal sobre Imóveis, naquelas condições – arrendamento para jovens, arrendamento social, para essas situações todas – temos uma capacidade de redução para aqueles que façam obras de manutenção, temos uma grande capacidade de reduzir também para aqueles que invistam nos centros históricos, ou nos centros delineados por cada uma das freguesias, que será o ponto fulcral da aldeia, temos essa capacidade, e está aqui previsto. Temos depois também a parte coerciva, que é o aumento àqueles que não cumpram, e que ponham em causa a própria habitação do vizinho, ou a própria parte pública das ruas.-----

Neste conceito destes impostos municipais, também mantivemos a isenção para todos, no que respeita à Derrama, à exceção, no que à Derrama concerne, dos intermediários – dos bancos, digamos assim – e da produção, transporte, distribuição e comércio de eletricidade. E isto por quê? Por duas questões que vos quero referir: primeiro, porque acho que os bancos, apresentando lucros, devem deixar onde têm também aqui a sua atividade, e porque sempre foi uma luta, quer deste Executivo, quer de todos os outros, e foi uma promessa eleitoral do então Primeiro Ministro José Sócrates, que a Derrama, no caso da eletricidade, seria para pagar nos Municípios que estavam sujeitos às condições, nomeadamente das barragens e dos parques eólicos. Nunca foi cumprido. Nós estamos a passar agora por um processo importante aqui na nossa região, que é a venda dos centros eletroprodutores, e a nossa proposta, quer entregue ao Governo, quer aos Grupos Parlamentares, quer a resolução que foi aprovada em Assembleia da República, quer também com os negócios que vamos acompanhando das duas entidades – ou seja, da entidade que compra e da entidade que vende – sempre que os Municípios são ouvidos,

colocámos sempre estas questões: manutenção dos postos de trabalho e primazia na contratação às pessoas dos concelhos onde estão os centros eletroprodutores, e a Derrama e toda a comparticipação variável seja paga nos Municípios onde existam instalações. E portanto, não era lógico da nossa parte que isentássemos os centros eletroprodutores agora, quando estamos a exigir isso. Aliás, deixem-me dizer-vos uma coisa, que de certeza absoluta que nesta resolução da Assembleia da República, onde se exige exatamente que estas pretensões dos Municípios, dos vários Municípios – no nosso caso, Miranda do Douro, Mogadouro, Torre de Moncorvo, uma parte de Macedo de Cavaleiros, e uma parte de Alfândega, todas estas nós estamos a negociar nessa parte, e conseguimos que a resolução aprovada pela Assembleia da República dissesse exatamente isso: Derrama paga nos Municípios, contratação nos concelhos onde estão, e outra coisa mais importante, que é a manutenção dos postos de trabalho também. E isto foi o que foi aprovado pela maioria dos deputados na Assembleia República. Pena é que o Presidente da Federação do PS de Bragança tenha votado contra. Não é o Presidente da Câmara que muda as características do concelho, é ele que não sabe o que diz, nem o que faz, porque votar contra é votar contra os concelhos que pertencem ao distrito que o elegeu.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente.-----

Então, vamos abrir a discussão aos Srs. Deputados sobre estes pontos. Começamos pelo Ponto n.º 4, Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas. Evidentemente, vamos falar dos quatro, mas não vamos cortar aqui a possibilidade de intervir. Eu só quis introduzir os quatro pontos em simultâneo porque eles estão todos interligados, como devem entender.-----

Sr. Deputado Luís Dias, faça favor.-----

----- **O Deputado Luís Dias:** É só dizer que é a primeira vez que vou votar a favor da Derrama, finalmente a Derrama está afinada para o que deve ser, pelo menos não tira dinheiro da atividade económica dos pequenos empresários que temos no nosso fraco tecido económico.-----
E em relação à variação negativa de 2018 para 2019, de cerca de um e meio por cento (1,5%), praticamente é no IMI – ou seja, o IMI teve uma redução de sete por cento (7%). Já agora, se tem uma estimativa para 2020, de qual é esta variação, também era interessante se nos pudesse dar esse valor.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Aires, faça favor.-----

----- **O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

M.
Pedro
Oly

Fazer também só aqui uma pequena intervenção, até muito sucinta, relativamente a estes tópicos. Aqui concordar com o deputado Luís João, também será a primeira vez que vou votar a favor da Derrama, e queria deixar isso claro, anteriormente fui contra. Nestes moldes, irei votar a favor.-----

Obrigado.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, obrigado. Sr. Presidente, não sei se quer intervir. Algum Sr. Deputado quer fazer mais alguma intervenção? Penso que não. Então, iremos passar à votação destes quatro pontos – em separado, logicamente.-----
E o primeiro ponto a votar é o Ponto n.º 4, que é o Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por unanimidade, aprovar a “proposta da taxa a aplicar de Imposto Municipal de Imóveis e Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas em 2021 e respetivas reduções e isenções”**. -----

----- **O Presidente de Mesa:** Ponto n.º 5 diz respeito à Derrama e à taxa a aplicar para o ano de 2021. A proposta é esta, toda a gente já a conhecer, ninguém quer intervir, já toda a gente está esclarecida. Vamos, então, passar à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, nos termos da disposição da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por unanimidade, **aprovar a “Derrama a aplicar para 2021”**. -----

----- **O Presidente de Mesa:** Ponto n.º 6 - Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – IRS. É também a taxa a aplicar no ano de 2021. Iríamos votar também este ponto, o Ponto n.º 6. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por maioria, com 25 votos a favor, 2 votos contra** (dos deputados José

Aires e Sílvia Carvalho) e 1 abstenção (do deputado António Júlio Andrade), aprovar a “Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS”.

----- O Presidente de Mesa: Ponto n.º 7, a proposta relativamente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, percentual a aplicar em 2021. Vamos passar à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por unanimidade, aprovar o “percentual a aplicar relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,20% para vigorar em 2021”.**-----

-----As presentes deliberações foram aprovadas em minuta.-----

PONTO 8 – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO REFERENTE AO 1.º SEMESTRE DE 2020. -----

PONTO 9 – RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO EMPRÉSTIMO DE SANEAMENTO FINANCEIRO. -----

-----Inscreveu-se para intervir nestes pontos o deputado João Leonardo (Coligação PSD/CDS).-----

-----O Presidente de Mesa: Ponto n.º 8 que também está ligado com o Ponto n.º 9. -----
Mas, vamos ao Ponto n.º 8. Sr. Presidente da Câmara, faça favor.-----

----- O Presidente da Câmara Municipal: Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

O relatório da auditoria do acompanhamento, como sabem, nós – e todos – estamos a trazê-lo duas vezes, uma vez em cada semestre, sendo certo que este foi um compromisso que nós tivemos aqui, de sempre o trazer aos órgãos, quer executivo, quer deliberativo.-----

Nós, neste momento, estamos com aquela situação que vos falei de início, em termos económicos, mas deixem-me dizer só duas coisas muito rápidas, no deve e no haver. Tivemos, quanto aos rendimentos, uma diminuição de vinte e oito por cento (28%) neste semestre, sendo que o mais importante referir aqui são cerca de um milhão de euros (1.000.000€) – novecentos e dezoito mil euros (918.000€) – que é na transferência de subsídios correntes obtidos. Não é bem verdade, desta forma dita assim, nua e crua. O que houve é que nós deixámos de estar no POCAL, e estamos no SNC-AP. É o novo método agora de contabilidade pública.-----

E portanto, dizendo isto, quero dizer-vos que nesta parte, em vez de estar na conta 59 – isto em termos de orçamento, e vai aparecer-vos nesta forma já no próximo Orçamento – o que é o FEF,

por exemplo, que eu disse que estávamos muito dependentes do FEF, este passa a estar numa coisa que é 5931, Administração Pública, que passa a estar refletida na Classe 7, e não na tal Classe 54, o que faz com que haja aqui uma alteração e variação dos rendimentos. Os números estão lá todos, só que não está tudo agregado na mesma rubrica.-----

Mesmo assim, há uma diminuição, como vos disse, é óbvio. Mas, como é que fizemos face a esta diminuição? Fizemos face a esta diminuição vendo no Orçamento o que estava previsto para despesa, e cortando na despesa – o dinheiro não estica, e portanto, se temos menor encaixe financeiro, temos de cortar na despesa do Município, sendo certo que, até ao momento, conseguimos que o Orçamento aprovado pela Assembleia Municipal, em termos de associativismo, esteja em dia – ou seja, não cortámos a nenhuma associação. As bandas continuam a ter o montante que estava previsto, a parte do desporto continua a ter o que estava previsto, a cultura a ter o que estava previsto, e assim sucessivamente. Não tirámos a nenhuma associação, e enquanto pudermos, não o vamos fazer, mantivemos o que foi aprovado nesta Assembleia, em termos de Orçamento para 2020. Mas, depois, tivemos que retirar em algumas coisas, nomeadamente, como vos disse, se há aqui um decréscimo de novecentos e dezoito mil euros (918.000€), o ideal era conseguirmos chegar aos novecentos e dezoito mil euros (918.000€), para não ficarmos a zero. O Prémio Nobel da Economia em 2009 dizia uma coisa simples: se só temos X para gastar, não podemos gastar mais do que isso, senão entramos em rutura, os Estados começam a entrar em rutura, e por aí vai sempre em frente.-----

Portanto, registámos uma diminuição naquilo que são os fornecimentos e serviços externos, e nessa parte, conseguimos diminuir cerca de oitocentos mil euros (800.000€), estamos aqui quase “ela por ela” – ainda não é, mas vamos chegar lá. E portanto, tivemos aqui uma diminuição nesta rubrica de trinta e nove por cento (39%), para compensar a do rendimento.-----

Chegando assim, dizer-vos também que eu me tinha comprometido que no próximo relatório que houvesse, aquela contabilidade de custos, que era sempre aqui uma questão focada, sobre a contabilidade de custos, se vinha, ou não, se repararem, já não vem nenhuma menção sobre a contabilidade de custos. No último, já vinha que faltava parametrizar, já o conseguimos fazer, e isto levou estes anos todos, e neste momento, está concluída.-----

O único reparo vem com a inexistência de registos na rubrica 74, e isto são os trabalhos para a própria entidade, mas já não são os trabalhos de custos, mas os trabalhos de valorização do património municipal, decorrente dos trabalhos feitos pela própria entidade no seu património, o que quer dizer que, neste momento, estamos a lançar os custos da própria entidade, não estamos a lançar, grosso modo – é esta a interpretação – os lucros da entidade. Ou seja, exemplo prático: este cineteatro já foi remodelado, no ano passado foi remodelado, guardas de proteção, cadeiras, foi feita toda a modernização do sistema técnico – porque também não me esqueço que chegámos a vir sem lâmpadas. Mas, para vos dizer o seguinte: nesta forma, já conseguimos

colocar os custos que a entidade teve com ele, e ainda não conseguimos colocar o valor do cineteatro depois dessa modernização. É isto que nos falta para completarmos a contabilidade de custos, ou seja, o lucro da entidade com o seu próprio trabalho. E isto vai favorecer os Executivos todos que por aqui passarem, porque quanto maior é o montante que está nos imóveis, maior é o montante também em termos de capacidade de endividamento para o Município, e isto é uma coisa que temos obrigatoriamente de fazer – agora que os custos estão saldados, falta-nos esta parte do lucro, digamos assim.-----

Portanto, é um relatório que o Município tem acesso a ele quando vocês têm, é a mesma coisa, porque é feito por entidades independentes.-----

Quanto ao plano de saneamento financeiro, como sabem, o nosso plano de saneamento financeiro está suspenso, não estamos já adstritos ao limite legal de endividamento, não estamos adstritos ao envio da comunicação do limite legal de endividamento para a DGAL, e não estamos também de alguma forma limitados a irmos aos apoios europeus, porque temos margem absoluta disponível para podermos chegar onde é aquilo que nós entendemos que temos que ir, que é quanto mais conseguirmos ir aos fundos europeus, menos teremos de recorrer aos nossos próprios fundos.-----

Deixem-me dizer-vos só uma coisa, que nestes seis meses, tivemos um decréscimo da dívida a fornecedores de bens e serviços já no valor de duzentos e setenta e dois mil euros (272.000€), e uma diminuição da dívida na globalidade, a outros credores, de trezentos e vinte e oito mil euros (328.000€).-----

Se repararem, neste relatório – que, volto a afirmar, não é necessário sequer remeter à DGAL, mas o nosso compromisso, se bem se lembram disto, foi que mesmo suspenso, ele viria aqui à Assembleia, para conhecimento de todos os Srs. Deputados. E é isso que temos feito, e estamos a enviar também – apesar de não sermos obrigados, estamos a enviar para todas as entidades que aqui estão. Esse compromisso vai manter-se até 2021, mas com este novo programa, que se aplica agora às entidades públicas, o SNC-AP, antes nós vínhamos sempre com a ficha do Município, onde tínhamos a margem absoluta, as percentagens do que se podia e não se podia gastar. Ora, este programa já não o tem, e os Srs. Presidentes de Junta vão notar isso também quando retirarem as informações do SNC-AP. Para mim, gostava mais do POCAL. Por quê? Porque ali víamos num quadro, e conseguíamos ver a situação económica toda do Município. A partir de agora, não, e é por isso que vos estou a dar esta justificação. Quem estiver mais atento a estas coisas vai ver que não tem a folha do Município. Não vale a pena pedi-la, porque não temos mesmo, não existe já, porque senão viria, como todos os anos, e em todos os semestres, aqui neste relatório.-----

Alguma questão ou alguma dúvida, estamos aqui para responder, obviamente, mas não a essa, porque é o próprio programa que não a fornece.-----

Obrigado.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente.-----

Relativamente ao Ponto n.º 8, os Srs. Deputados que pretendam intervir. Sr. Deputado João Leonardo, faça favor, é o único deputado inscrito. -----

----- **O Deputado João Leonardo:** Ora, relativamente ao relatório de acompanhamento do primeiro semestre, nota-se o equilíbrio financeiro, sem descurar o investimento e o apoio social, e a implementação definitiva da contabilidade de custos, tão esperada por alguns e desejada por todos.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Portanto, relativamente ao Ponto n.º 8, isto é para tomar conhecimento, como sabem, e o ponto seguinte também, o relatório semestral de acompanhamento da execução do empréstimo de saneamento financeiro, também é para os Srs. Deputados tomarem conhecimento. O Sr. Presidente já fez a apresentação conjunta, porque também aqui estes dois pontos estão interligados. Penso que está toda a gente esclarecida, toda a gente tomou conhecimento.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, **apreciou e tomou conhecimento do “Relatório de Acompanhamento referente ao 1.º Semestre de 2020”**.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 59.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º do mesmo Regime, **apreciou e tomou conhecimento do “Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Empréstimo de Saneamento Financeiro”**.-----

-----As presentes deliberações foram aprovadas em minuta.-----

PONTO 10 – ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **António Eduardo Carvalho (PS)**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Passaremos, então, ao ponto seguinte, e dava a palavra novamente ao Sr. Presidente da Câmara.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado.-----

Este é um assunto que já veio à Assembleia Municipal, como têm conhecimento, já foi aprovado, nós próprios já o desenvolvemos junto do IHRU, mas houve aqui duas alterações, e eu não queria deixar fugir isto. Moncorvo é, mas não é só a Feira Medieval; é, mas não é só o Solstício; é, mas não é só apoio às associações; é também a compra de computadores para ajudar e para dar aos alunos carenciados, é ir mais além do que os avisos permitem, e é também, e fundamentalmente, nos próximos anos, um Município de cariz iminentemente social.-----

Se a partir de 1978 foi necessário os Srs. Presidentes de Junta e os Srs. Presidentes de Câmara que aqui passaram fazer um grande esforço financeiro para levar eletricidade às casas, para levar saneamento às casas, para levar água às casas e a todas as freguesias, estamos agora na época do digital. Mas, a época do digital traz também consigo acoplado que os melhores consigam desenvolver, e que aqueles que não são tão bons se mantenham à espera de ter essas oportunidades. E isto traz uma desigualdade, quer no nosso território, porque temos uma população envelhecida, temos necessidade de trazer jovens para o concelho, mas temos sobretudo uma população de cariz rural que necessita, obviamente, de ter este apoio.-----

O levantamento que foi feito aqui prevê o realojamento de cento e seis famílias. São estas, no fundo, a globalidade do concelho, cento e seis famílias, e isto tem um valor de sete milhões de euros (7.000.000€), que é aquilo que tínhamos aprovado, mais cerca de vinte e dois mil euros (22.000€) anuais para as soluções relativas a este relatório.-----

O que nós preconizamos aqui é que haja a reabilitação de doze frações do Santo Cristo, e que sejam disponibilizadas. Depois, a aquisição de cerca de dez habitações que estejam degradadas, e que o Município possa comprar dentro dos valores que estão preconizados, e que dessa forma possam também ser colocados no mercado para estas famílias que são carenciadas. Com isto, vamos em vinte e duas habitações. E depois, temos aqui cinco subarrendamentos, e é aqui que há a alteração e a necessidade, para além do prolongamento do prazo, também a necessidade de incluir neste programa estes cinco subarrendamentos. Diminuímos duas aquisições, e aumentámos aqui nos subarrendamentos. E isto por quê? Porque também há necessidade de que o mercado seja volátil, e que, ao mesmo tempo, o mercado, por ele próprio, consiga – com o suporte da Câmara, obviamente – agir e reagir às condições.-----

Portanto, o que vos é proposto é esta pequena alteração, sendo certo que esta estratégia local, nós gostaríamos muito, o Executivo, de conseguirmos adquirir, pelo menos até ao final do ano,

entre as oito e as dez habitações, mas aqui está, de alguma forma, subjacente também a disponibilidade financeira que o Município possa ter.-----

O mais importante é termos esta estratégia local. Foram candidatados trezentos e oito Municípios; desses trezentos e oito, só dezassete viram a sua estratégia local aprovada. E acho que nos devemos congratular todos, porque o Município de Torre de Moncorvo entrou nesses dezassete. Portanto, o trabalho está feito, só que agora, para todos nós que estamos aqui, para os que vão continuar, para os que vão sair, para os que vão entrar, para todos, esta estratégia vai ser para nós o módulo e o nosso farol, não podemos sair daqui. Por isso é que é bom pensá-la, ouvir também da vossa parte o que é que entendem, e se acham que esta foi uma forma correta de o fazer, que é vermos o património do Município, e colocá-lo à disposição, devidamente recuperado. Uma vez que não é suficiente, colocarmos mais dez habitações no mercado, devidamente selecionadas por uma série de condições, nomeadamente a degradação em que estavam, a zona onde se encontram, e recuperá-las e colocá-las também no mercado. E depois, esta parte – que foi aqui que alterou – do subarrendamento. Estas serão aquelas famílias que tendo necessidades neste momento, se a vida lhes correr bem, passado um ano podem não ter. E não há necessidade de termos uma habitação própria, quando podemos jogar aqui com estes *timings* do arrendamento.-----

A nossa ideia é estendê-la, obviamente, às freguesias. Esta é a nossa ideia: recuperar para podermos também fazer nas aldeias algumas experiências sobre revitalização e a colocação de pessoas. Obviamente que, neste momento, isso está equacionado, tem que ser candidatado, como foi feito isto. Mas, este vai ser o nosso projeto-piloto, e vai ser este que nos vai ter que moldar às circunstâncias do espaço em que vivemos, da cultura que temos, e das condições que temos, económicas e sociais, nos próximos anos.-----

Portanto, este é um documento extremamente importante, não é um documento político, é um documento técnico, mas onde todos – espero eu – possamos aqui fazer da política a arte mais nobre, que é de podermos fazer evoluir aqueles que nos deram a legitimidade para estar a dirigir. -
Muito obrigado.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----
Vamos, então, passar à discussão do Ponto n.º 10, Estratégia Local de Habitação. Srs. Deputados, quem pretende falar? Tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Carvalho.-----

----- **O Deputado António Eduardo Carvalho:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----
Apenas uma pergunta. Perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se esta calendarização, ou se esta periodização do programa é até 2023, e se é especificamente nesta fase para Moncorvo.--
Muito obrigado, é só.-----

----- **O Presidente de Mesa:** O Sr. Deputado Luís Dias prescinde da palavra. Sr. Presidente, para responder.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal:** Esta calendarização é a que está aprovada na candidatura, podendo ser revista de seis em seis meses, juntamente, obviamente, com os serviços, a Segurança Social também, e todas as entidades que têm que ser parceiras neste caso. Este é o que está até 2023. Agora, se cada um de nós tiver um conhecimento de um caso, até pode ser uma alteração das circunstâncias. Não é estanque, é sempre moldável, tem é que estar de seis em seis meses.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Vamos para o segundo período de intervenções. Parece que não há intervenções.-----

Então, passaremos à votação. E a votação refere-se ao Ponto n.º 10, Estratégia Local de Habitação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, **deliberou por unanimidade, aprovar a “alteração à Estratégia Local de Habitação”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 11 – ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2020. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Eduardo Carvalho (PS)** e **Luís Dias (Coligação PSD/CDS)**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

É o Mapa de 2020, que foi aprovado, como sabem, em dezembro de 2019, e iremos ter também uma aprovação do Mapa de 2021, com o novo Orçamento. A questão que os Srs. Deputados legitimamente colocarão é esta: por que é que vem agora? É muito simples, tem a ver com dois concursos que estão a decorrer neste momento, um que é o dos precários, nomeadamente para auxiliares de ação educativa e animadores, mas, ao mesmo tempo, houve necessidade de fazer um procedimento, como era feito nos anos anteriores, que era basicamente a termo resolutivo, a termo certo – era feito a termo certo, por nove meses, para fazer face às necessidades do Agrupamento de Escolas. E portanto, este é o apoio à família, e houve necessidade, então, como

Eds

eu estava a dizer, destes dois procedimentos, um que já decorreu e que estão desde o início do ano colocadas lá, mas, ao mesmo tempo, está a decorrer o concurso dos precários nessa área. E aí, teremos que ter, não só em regime resolutivo, mas com vínculo à função pública. Portanto, aquilo que aqui está é que neste valor que vocês estão a ver, do total de duzentos e trinta, estão dois concursos a decorrer em simultâneo que, depois, no próximo Mapa de Pessoal, será reduzido a metade. Ou seja, o que estava a termo resolutivo, está também agora em termos de vagos para vínculo à função pública. São os mesmos, não aumenta, são os mesmos; um desaparecerá no de 2021. Mas, se for terminado até dezembro de 2021 e entrarem para o quadro, têm que estar cá previstos. E é isso que se vai fazer só, é prever esses que estavam a título resolutivo. Portanto, estão aqui em duplicado, porque estão vagos sem termo, e ocupados a termo resolutivo.-----

Basicamente, é o que aqui vos propomos. No que virá para 2021, obviamente já não está essa duplicação.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----
Sr. Deputado Eduardo Carvalho, faça favor.-----

----- **O Deputado Eduardo Carvalho:** Obrigado, Sr. Presidente.-----
Apenas um esclarecimento, não sei se foi erro, se é gralha aí nos números. Nesta quadrícula "assistente operacional", o subtotal, na segunda coluna, de providos, penso que o somatório não estará correto, segundo a minha leitura, tal como o de vagos. Talvez tenha sido um erro gráfico, ou então é interpretação incorreta da minha parte.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal:** Deixe só que os serviços vejam isso. Se um está errado, e o outro também, de certeza absoluta que poderá ser isso.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias.-----

----- **O Deputado Luís Dias:** É só para sublinhar o fim, ou a diminuição de pessoas em estado precário de contrato de trabalho. De lembrar que há pessoas que estão há dez anos como assistentes educativas, e todos os anos faziam o mesmo procedimento. Esta instabilidade não é boa para os alunos. Quanto mais estável for o corpo docente numa escola, mais garantias temos de estabilidade também na aprendizagem normal dos alunos. Fico satisfeito pelo término destes contratos precários com os assistentes educativos.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, faça favor.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado, Sr. Presidente.-----
Estávamos aqui a ver as contas. O que está mal, efetivamente, são os subtotais, está menos um num lado, e mais um no outro. Portanto, o valor total está correto, só que influencia nos providos e nos vagos – cento e cinquenta e nove, setenta e um. É essa a questão. E apresento as minhas desculpas por este lapso, mas foi o que nos foi dado, e confiámos nos números que estavam lá.-
Quanto à questão do Sr. Deputado Luís João, efetivamente, com o finalizar deste procedimento, finalizamos, estou em crer, os precários no Município. Havia ali um caso mais complicado, que já era entre dezasseis e vinte anos que estava. E portanto, terminamos definitivamente com os precários no Município.-----
Obrigado.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Segunda ronda de intervenções, no que se refere ao Ponto n.º 11, Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2020. Parece que ninguém quer intervir.-----
Sendo assim, passamos à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por maioria, com 27 votos a favor e 1 abstenção** (do deputado António Júlio Andrade), **aprovar a “Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2020”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 12 – ELEIÇÃO INDIRETA DO PRESIDENTE E DE UM VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Júlio Andrade** (PS) e **Luís Dias** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Passamos ao último ponto da ordem do dia, o Ponto n.º 12,. Isto é mais uma informação que eu vos quero dar, penso que já foi aqui falado superficialmente, mas também dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para falar disso. E dizer-vos que no dia 13 temos eleições.-----
Sr. Presidente.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado.-----

Bom, eu gostaria de iniciar esta minha intervenção para os Srs. Deputados com uma declaração de interesses. Eu fui – estou a falar “eu”, porque vou ser eu que vou votar, e eu, os Srs. Deputados, e os Srs. Presidentes de Junta, fomos eleitos, não fomos nomeados, fomos eleitos por uma população que quis que nós estivéssemos aqui. E portanto, a minha declaração de interesses é que eu sou contra isto tudo que está a acontecer. Isto é, mau grado o que vou dizer, um sinal de pouca democracia dos dois maiores Partidos portugueses. Foi um conluio entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, que em nada honra a democracia que foi conquistada em 1974 a nível nacional, e que foi legitimada a nível dos concelhos a partir de 1976 e 1978. E portanto, eu, há bocadinho, disse-vos isto: eu não sou um notário habilitado para chegar aqui e me dizerem que dia 13 de outubro tenho de votar em A, ou tenho de votar em B. Coisa diferente era se quem vota propusesse nomes. Ora, como não foram propostos, foi um entendimento dos líderes partidários, a dizer que devia ser aquele senhor, ou o outro – que eu nem sequer conheço, sou-vos sincero, não conheço, e portanto, nem sei o que venho fazer. O que nos pedem aqui é: meus senhores, temos aqui dois nomes, mas nós só podemos nomear um, dos três. E portanto, nós nomeamos um, e não queremos nada convosco. E agora, vocês são vinte e oito em Moncorvo, venham cá legitimar as nossas escolhas. E são esses senhores que vão fazer parte do governo, digamos assim, do norte, e do centro, e do sul, e da zona de Lisboa. E isto foi feito numa lógica partidária, de não ter mais ninguém com assento nessas Comissões de Coordenação, e serem divididos pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata. Ora, isto é tudo menos democracia, isto não é democracia.-----

E depois, vejam ao escândalo que isto chega, que quem é nomeado – como é óbvio, é uma nomeação, pode ser-lhe retirada a confiança política, mas os eleitos podem ser demitidos no dia seguinte pelo Governo. Então, o que é que nós estamos aqui a fazer? Basicamente, estamos a dizer “sim, senhor”, nós estamos aqui, e vocês é que vão legitimar, e se um dia aquilo correr mal, dizem que não tiveram nada a ver com isso, foi o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Presidentes de Junta e os Srs. Deputados Municipais, foram eles que escolheram, nós não tivemos nada a ver com isto.-----

Portanto, para isto, não estou para dar, digo-vos já, provavelmente não virei votar, porque não--sou notário qualificado para vir atender aos propósitos partidários. Outra coisa era se numa auscultação de opinião, como foi no Governo anterior – e para verem o que é que aconteceu, quando houve oitenta e seis Municípios que podiam votar, votaram numa determinada pessoa, e o Governo, cujo Primeiro Ministro era o Dr. Passos Coelho, não o nomeou. Então, quer dizer, os Municípios votam numa pessoa, por oitenta e seis votos, unanimidade na escolha que cabe às autarquias, e continuam a não o nomear? Então, o que é que estamos a fazer aqui? Que descentralização é esta?-----

Pior é ainda as condições, é que temos que estar aqui das dezasseis às vinte, mas imaginem que esta ala aqui da direita, que se senta à minha esquerda, se vai embora, os outros ficam, não há quórum, e tem que votar outra vez no dia 16. E temos que estar aqui quatro horas a olhar uns para os outros. Isto não cabe na cabeça de ninguém.-----

Mas, o problema – e agora, um problema pessoal que eu tenho, que este problema pessoal é eu não ter o dom da ubiquidade. É que o Presidente da Câmara vota para os dois: vota, no mesmo período temporal e no mesmo dia, vota para o Presidente da CCDR, que é aqui, e para o Vice-Presidente da CCDR, que é na sede da CIM, e tem que estar nos dois sítios a votar. E não é delegável, ainda por cima. O que quer dizer que eu não sei como é que vamos estar, porque o Sr. Presidente, se quiser fazer uma ata correta, diz que o Presidente da Câmara saiu às X horas, mas o secretariado executivo da CIM, se eu não aparecer, diz que o Presidente da Câmara de Moncorvo não foi lá. Estive aqui, mas isto é óbvio.-----

São sessenta mil euros (60.000€) gastos com isto, só para a CIMDouro; só para os dezanove Municípios da CIMDouro são sessenta mil euros (60.000€) gastos com isto. Eu acho que ninguém, das nossas dezanove populações, vai entender que pessoas que já estão designadas previamente, que já estão escolhidas, que os Municípios gastem sessenta mil euros (60.000€) numa ação que de democrática, pouco ou nada teve, quando as pessoas têm necessidades neste momento em que podem ser aplicadas de outra forma.-----

Eu deixo isto em jeito de reflexão, é o meu voto de protesto contra estas manigâncias partidárias, para as quais eu não quero contribuir. Já o disse no Conselho Regional, digo-o aqui, disse à Sra. Ministra da Coesão. E digo-vos uma coisa: isto vai complicar a vida a toda a gente. Estamos no final de um quadro comunitário, vai ser lançado o *overbooking*, e temos que preparar o novo. E a pessoa que dirigiu isto vai sair, a pessoa que vai entrar vai perder uns meses só para criar equipas, e mais uma série de coisas, e com isto o tempo passa. E nós conseguimos – não é que fosse melhor, nem pior, mas conseguimos desperdiçar, quando estamos a trabalhar para a coesão, quando estamos a trabalhar para os fundos europeus, conseguimos desperdiçar o atual Presidente da CCDRN, que por feliz coincidência até é casado com a Comissária responsável pelos fundos de gestão. Isto é que eu não consigo perceber, e não consigo perceber, e não é do meu Partido, mas dei-lhe o meu apoio, se fosse ele, porque fez um excelente trabalho à frente da CCDR. E enquanto continuarmos a pensar em Partidos, em vez de pensarmos numa região, isto nunca mais vai para a frente.-----

Por isso, este é o meu voto de protesto. Obviamente que os Srs. Deputados e os Srs. Presidentes de Junta farão o que quiserem, mas eu não podia, nem ficava com a minha consciência tranquila, se não vos dissesse isto, porque eu acho que é uma vergonha este processo todo.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Antes de dar a palavra aos Srs. Deputados, dizer-vos que a eleição é uma eleição indireta, que decorre no dia 13 de outubro, entre as dezasseis e as vinte, para eleição dos Presidentes da CCDR. Na nossa CCDR, como sabem, só há um candidato, e é esse candidato que irá a votos. Depois, teremos que ver todo o procedimento, as orientações da própria CIM, da CCDR, como irá decorrer. Mas, é no dia 13, a data já está marcada, dia 13 de outubro, entre as dezasseis e as vinte. Logicamente que temos aqui, para votar num único nome, estas quatro horas parecem-me manifestamente excessivas, temos que depois ver como é que isto vai decorrer, quem poderá estar, porque depois põe-se aqui o problema do Sr. Presidente da Câmara, que não pode estar presente. Quem virá votar, logicamente, são os membros da Assembleia, que incluem também os Presidentes das Juntas de Freguesia, o Presidente da Câmara Municipal, e os vereadores eleitos, ainda que sem pelouro atribuído.-----
Não tenho muito mais informações para vos dar, porque também não me foram transmitidas; espero que venham a ser nos próximos dias. O candidato, o único candidato que eu conheço, pelos jornais, é o António Cunha, aqui na nossa CCDR, que foi Reitor da Universidade do Minho. Os Vice-Presidentes, já agora – que não votamos neles – serão a Célia Ramos, nossa conterrânea, pelo menos com familiares com ligações ao Felgar, e o antigo Presidente da Câmara de Macedo de Cavaleiros, Beraldino Pinto. Serão esses os dois Vice-Presidentes, acho que não estou enganado, o Sr. Presidente está mais por dentro disso, eu é mais apenas pelo que tenho acompanhado pela comunicação social. Portanto, nós iremos votar – os que votarem, logicamente – no António Cunha, que foi Reitor da Universidade do Minho.-----
Srs. Deputados, querem intervir? Façam favor. Sr. Deputado António Júlio Andrade, faça favor.-

----- **O Deputado António Júlio Andrade:** Muito bons dias.-----
Ao contrário do que o meu amigo Pavão diz, os distritos não foram extintos; foi extinto o cargo de Governador Civil, porque, de resto, os distritos estão lá inteirinhos, ao lado do Palácio do Governo Civil, da casa, continuam as forças de segurança, a Direção de Saúde Regional continua lá em Bragança, a Segurança Social continua. Portanto, tudo continua, ou uma grande parte. Portanto, a organização distrital não terminou. Por outro lado, criou-se uma outra organização ao lado.-----
E, no fundo, a única coisa que desde o 25 de abril, em termos regionais, eu vi funcionar mais ou menos, ou até bastante bem, ou bem mesmo – em determinados períodos funcionou muito bem, eu lembro-me quando era o Prof. Braga da Cruz a dirigir a CCDRN, tínhamos todas as informações, todas as estatísticas, e projetos regionais muito bem feitos.-----
Ora bom, porque, realmente, o processo atual de nomeação das Direções Regionais me parece um absurdo, eu preparei uma moção, uma proposta para a Assembleia, e que é o seguinte:-----

-----**Proposta**-----

*“Passados que são mais de quarenta anos que foram extintos os Distritos, verifica-se que a organização distrital continua a servir de base à maioria dos Ministérios Governamentais e respetiva coordenação dos investimentos e gestão pública de meios materiais e humanos.-----
Esta organização do Estado baseada nos Distritos foi alterada – da pior forma, em meu entender – com a criação das CIM, entidades que, na prática, foram impostas pelo Governo aos Municípios.-----*

*No meio desta verdadeira anarquia na organização do Estado, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional têm funcionado como a única entidade estatal com credibilidade e relevância operacional, em termos de planeamento e organização do território, ao nível regional.-
Sendo a regionalização um imperativo constitucional que os sucessivos Governos têm ignorado, não se atrevendo a revogá-lo (alterando a Constituição) nem a implementá-lo, esperava eu que o mínimo dos mínimos concedido aos cidadãos eleitores fosse a faculdade de poderem pronunciar-se sobre a organização das infraestruturas de planeamento e gestão de recursos ao nível regional, sendo chamados a votar e eleger os membros da respetiva Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional.-----*

Assim sendo, e face à verdadeira “negociata política” que parece conduzir à “nomeação” das Direções das CCDR, de que a comunicação social tem feito eco, proponho a seguinte moção:--

-----**Moção**-----

“A Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, em reunião de 25.09.2020, lamenta e repudia o processo que está a ser seguido na eleição das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, manifestando-se a favor da eleição direta, com a participação dos eleitores da respetiva Região.-----

Torre de Moncorvo, 25 de setembro de 2020”. -----

António Júlio Andrade.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias.-----

----- **O Deputado Luís Dias:** Gostei muito de ouvir o meu antecessor, o membro da Assembleia, Sr. António Júlio. Não concordo muito com a parte desta regionalização, as CCDR's funcionam bem, mas o nosso paradigma é igual ao de Castelo Branco, ou da Guarda, ou até de Portalegre, e não igual ao de Viana do Castelo, ou de Braga. Este mapa foi posto por Lisboa, para mim também não é o correto.-----

Tirando esta parte introdutória que fez na sua moção, com a sua moção, em si, concordo a cem por cento.-----

h.
Redo
M.

Eu gostava que a Mesa desse, se possível, cinco minutos aos Líderes de Grupo para falarmos um bocado sobre este assunto, porque, por exemplo, a minha proposta, além da moção, seria boicotar a eleição, ou até uma abstenção geral, qualquer coisa nestes moldes. Mas, para isso, gostava que nos desse cinco minutos para podermos reunir, para falarmos.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Os Srs. Deputados têm cinco minutos para pensar e articular alguma situação sobre o processo eleitoral.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal:** Posso só dizer uma coisa, muito rapidamente? Para terem em atenção, eu não vou comentar, obviamente, moções, mas, Sr. António Júlio Andrade, a moção que está, sobre a eleição... Sr. Deputado, deixe-me só esclarecer uma coisa: se me perguntarem, eu concordo em absoluto com a sua moção, à exceção, por um rigor técnico, da eleição, como está proposta, porque não é permitida. E podemos cair aqui no erro de numa moção que depois vai ser apreciada por outros órgãos, de estarmos a propor uma coisa que a Lei não permite, que é a eleição direta e geral. Essa foi a grande questão que, até hoje, fez com que houvesse esta situação, porque foi defendido que deveria ser generalizado o voto à população, mas organicamente e constitucionalmente, uma vez que é dependente do Ministério da Administração Interna e do seu Governo, digamos assim, não pode ter essa medida de votação, porque a votação tem que ser indireta. É para contornar a Lei, digamos. Isto que se está a fazer é querer dar legitimidade, parecendo que todos votamos, sendo que contorna a Lei, por não poder ser da forma de votação que o senhor propõe. Eu não estou a comentar moções, estou a dizer é que devemos ser refinados no que fazemos, para não parecer que desconhecemos a Lei, o que não é verdade. Só era aí que eu lhe queria dar essa achega. Se colocasse lá que deveria ser revogada a Lei que não permite a participação generalizada, e que deveria ser essa, e que não se deviam fazer eleições agora, sem ter essa revogação, aí acho que fazia sentido.-----

É só esse alerta que deixo, em termos técnicos, mais nada.-----

Obrigado, Sr. Presidente.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Não sei se o Sr. Deputado António Júlio quer acrescentar alguma coisa.-----

Vamos interromper os trabalhos durante cinco minutos, para os membros dos Partidos----- acordarem a eleição de dia 13. Vamos aguardar.-----

-----*Interrupção dos trabalhos.*-----

----- **O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias, na sequência da sua intervenção, queira concluir agora, se faz favor.-----

----- **O Deputado Luís Dias:** Obrigado, Sr. Presidente.-----
Apesar de concordarmos com a moção do membro desta Assembleia António Júlio, temos uma moção em paralelo que, no fundo, é uma forma mais geral de dizer o mesmo, que passo a ler:--

-----**Moção**-----

“Vimos pela presente moção referir que os Grupos Partidários representados nesta Assembleia não estão de acordo com o processo eleitoral para a CCDR Norte, propondo a alteração da Lei eleitoral para os organismos de gestão das CCDR.”-----

----- **O Presidente de Mesa:** O Sr. Deputado vai entregar a moção? Entrega *a posteriori*. Temos aqui duas moções que foram entregues.-----
Não sei se alguém mais quer intervir. Senão, passaríamos, então, à votação das moções.-----

A primeira moção que foi entregue foi a moção apresentada pelo Sr. Deputado António Júlio Andrade, e que agora está assinada também por vários membros do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Seria a primeira moção. Então, iríamos votar. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, nos termos da alínea j) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 10 votos contra, 9 votos a favor e 9 abstenções, **não aprovar a Moção subscrita por vários elementos do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.** -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Vamos votar a outra moção, que foi apresentada pelo Sr. Deputado Luís Dias, mas subscrita pelos Líderes dos Grupos Parlamentares. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, nos termos da alínea j) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 18 votos a favor e 10 abstenções, **aprovar a Moção subscrita pelos Líderes dos Grupos Parlamentares.** -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- **O Presidente de Mesa:** Está terminado o Período da ordem do dia.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Presidente de Mesa:** Temos aqui uma intervenção do Sr. Carmindo Alves Paiva, sobre o IMI. Tem cinco minutos, faça favor.-----

----- **O Município Carmindo Paiva:** Pedia à Câmara Municipal de Moncorvo, que me conhece bem, era sobre o IMI – eu vejo mal, e se não estiver certo, corrijam-me, por favor. Sobre o IMI, o que é que acontece comigo? Construí um prédio que os senhores conhecem perfeitamente, no IMI há descontos, ou benefícios, ou qualquer coisa, para certas pessoas, vinte por cento (20%), ou trinta por cento (30%). A mim, acontece o seguinte: eu tenho os apartamentos e as lojas desocupados, pago muito IMI. Não teria direito a uma redução? Tenho cinco lojas ??? suponho eu que será por isso. Se a Câmara quiser ter alguma coisa em atenção, agradecia, porque eu trabalhei toda a vida, tenho uma reforma de trezentos euros (300€), a minha mulher outra reforma de trezentos euros (300€), ??? receber de rendas daquele prédio quinhentos euros (500€) por mês. ??? estava na miséria. Portanto, se puder haver alguma atenção sobre isso, o que seja, agradeço.-----

Muito obrigado.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado.-----

Sr. Carmindo, é um gosto vê-lo em boa forma, é um gosto tê-lo aqui na Assembleia Municipal.-- Efetivamente, o IMI é um imposto tributado sobre os proprietários, como é óbvio. Este imposto é aquele imposto cego, só por sermos proprietários, já temos que pagar o IMI. No entanto, o senhor disse há bocadinho, na sua intervenção, que fez obras. Eu vou dar-lhe um exemplo, não sei se é o que acontece, mas vou dar-lhe um exemplo: imagine que o seu prédio tem a classe energética C, e que o senhor, agora, ao abrigo do que está a haver neste quadro comunitário – e aproveito para dizer para todos – concorre a alguma candidatura da eficiência energética, para o seu prédio na totalidade, ou não concorrendo, com dinheiro próprio, faz obras que lhe permitem que o seu prédio passe de classe C para classe A. No que nós hoje aprovámos aqui, o senhor,

15.
Pedro
Al

automaticamente, ao elevar dois níveis a eficiência energética, tem logo uma redução automática, só precisa de o comunicar à Autoridade Tributária, e a Autoridade Tributária pede para haver uma declaração da Câmara a dizer se o senhor fez obras, ou não. Essa é uma questão.-----

Outra é: imagine que o senhor faz arrendamento para jovens, e declara isso – e aí, tem de declarar à Câmara, porque a Câmara é que o comparticipa – se o fizer, também tem uma redução automática. E depois, tem uma série de reduções que decorrem da própria Lei Geral, só que eu não lhe sei enquadrar, porque não sei quais são, uma a uma.-----

Mas, podemos fazer o seguinte: o Sr. Carmindo, se tiver disponibilidade, na próxima semana, logo no início da semana, vai ter à Câmara, e analisamos isso tudo, quer com os serviços jurídicos, quer com o próprio Executivo.-----

Muito obrigado.-----

Dar-vos só conta do seguinte, se me permitir, Sr. Presidente da Assembleia, que chegou agora o parecer das autoridades de segurança, a dar parecer positivo, e portanto, neste momento, já vos posso dar a conhecer qual é a proposta de despacho, uma vez que a Unidade Local de Saúde respondeu ontem, e hoje as unidades de segurança.-----

Então, eu vou resumir, porque é bastante extenso: no uso das competências previstas no n.º 3 do art.º 10.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 70-A/2020, de 11 de setembro, e depois de obtido o parecer favorável das autoridades de segurança e autoridade de saúde locais, sem prejuízo das regras especiais aplicáveis aos respetivos setores de atividade previstos na referida resolução do Conselho de Ministros, determino que: os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, cuja abertura foi sendo permitida pelos diversos diplomas que regularam o desconfinamento gradual, poderão reabrir a partir das oito e trinta, e encerrar às dezanove, com a exceção dos salões de cabeleireiro, barbeiros, institutos de beleza, restaurantes e similares, cafetarias, casas de chá e afins, escolas de condução e centros de inspeção técnica de veículos, bem como ginásios e academias, e estabelecimentos referidos no n.º 5 do art.º 10.º da mencionada resolução do Conselho de Ministros, que poderão manter o horário de funcionamento que praticavam antes das zero horas do dia 15 de setembro de 2020. O horário máximo para encerramento de todos os estabelecimentos passa a ser às vinte e três horas, com exceção dos estabelecimentos de restaurantes e similares, cafés, pastelarias ou outros, que podem encerrar até à uma hora da madrugada, não podendo aceitar novas admissões a partir das zero horas. Os estabelecimentos de venda de bens essenciais e de prestação de serviços essenciais poderão continuar a praticar os horários que se encontravam a praticar antes da entrada em vigor da resolução do Conselho de Ministros n.º 70-A/2020, de 11 de setembro. Os horários agora definidos poderão vir a ser reavaliados e ajustados caso a evolução da pandemia assim o justifique. Recomenda-se aos agentes económicos a leitura atenta da referida resolução,

bem como cumprimento escrupuloso das regras fixadas para o exercício das respetivas atividades, bem como das orientações emanadas das autoridades de saúde.-----

Com isto, acho que está tudo resolvido. Muito obrigado.-----

Eu não sei o que vai ser a eleição das CCDR's, espero que decorram em ambiente de cordialidade, mas aquilo que nos estão a fazer não é digno dos eleitos locais. E portanto, eu estarei sempre à margem desse processo, porque, mais uma vez, em jeito de conclusão, desejando-vos um bom fim de semana, eu não quis estar na magistratura, não fui para notário, fui antes para advocacia, para ter contato com as pessoas, e portanto, não sou um notário qualificado para vir aqui carimbar ou pôr uma chancela naquilo que outros decidiram e pensaram por mim. E portanto, comigo, para essas coisas, sejam partidárias ou não sejam, não contem, porque eu não vou estar lá, nem tenho necessidade de mostrar ao meu Partido que estou sempre com eles. Não sou aparelhista, sou social democrata, com ideias liberais e sociais democratas, mas não sou definitivamente aparelhista. Vindo de onde vier, seja do meu Partido, ou de outro, tenho de demonstrar aquilo que sinto, e quando não estou de acordo, tenho de o fazer publicamente, que foi o que eu fiz. Não dou facadas nas costas, pelo contrário, venho aqui declarar a minha não aceitação daquilo que nos querem impor. E isso ainda é uma liberdade que nos foi conferida pelo 25 de abril de 1974, e portanto, é essa liberdade que eu vou manter enquanto aqui estiver, e que é a liberdade de pensar por mim, de agir por mim, e de respeitar aqueles que me colocaram neste cargo, porque só a eles é que devo explicações.-----

Muito obrigado. Bom fim de semana para todos.-----

----- **O Presidente de Mesa:** (*Intervenção inaudível*) ... A Mesa é que terá que estar presente, não se pode fazer mais nada. Dizer-vos que vamos ler a minuta da ata, e seguir-se-á a votação. Depois, os Srs. Deputados ficarão para reunirem entre vocês, e acertarem a estratégia.-----

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade**.-----

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente da Mesa,



(Luís Miranda Rei)

1.^a Secretária da Mesa,



(Ana Luísa Leonardo Gil)

2.^a Secretária da Mesa,



(Lucinda João Afonso Carpinteiro)